

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data 11/05/2021	Página: 02

Tribuna

Reconhecimento

O Relatório Anual Simplificado do Estado da Bahia, produzido pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba) por intermédio da Diretoria de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Dicop/SAF), foi reconhecido como iniciativa exitosa na concepção de publicações governamentais voltadas para ampliar a transparência dos gastos públicos em artigo veiculado pela Revista Contemporânea de Contabilidade, publicação acadêmica ligada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e pelo informativo acadêmico do Grupo de Estudos e Pesquisas em Governos Locais (GEPGL) da Universidade de Brasília (UNB), em parceria com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Veículo: Rádio Cidade 870 AM - Juazeiro	
Data: 10/05/2021	Programa: --
Assunto: <u>Nota Premiada Bahia</u> divulga lista de 512 instituições filantrópicas ativas no programa.	

Data: 10/05/2021

Hora: 12:28:30

Emissora: Rádio Cidade 870 AM - Juazeiro

Programa: --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: **Nota Premiada Bahia** divulga lista de 512 instituições filantrópicas ativas no programa.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 10/05/2021	



FazAtleta realiza primeira chamada de 13 a 21 de maio

10 maio 2021



Igor Nogueira, campeão mundial de parajiu-jitsu - Foto: Paula Fróes/GOVBA

Projetos de atletas e equipes esportivas podem ser apresentados, entre os dias 13 e 21 de maio, ao Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador do Estado da Bahia (FazAtleta). Os interessados devem enviar, em um único e-mail, cópias digitalizadas individualmente, identificadas e em formato PDF dos formulários preenchidos e assinados e dos demais documentos exigidos na Resolução nº 01/2021 do programa.

A documentação completa deverá ser encaminhada para projetos.fazatleta@setre.ba.gov.br, com o nome do proponente no campo "Assunto". Não serão aceitas propostas submetidas fora do período estabelecido ou incompletas. Mais informações podem ser obtidas de segunda a sexta-feira, das 9 às 12h e das 13h30 às 16h, através do telefone (71) 3115-1642.

FazAtleta

Iniciativa do Governo do Estado, por meio das **secretarias da Fazenda (Sefaz)** e do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), o programa funciona por meio da concessão de abatimento no **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**, que é concedido às empresas situadas no estado da Bahia e que apoiam financeiramente projetos esportivos que são aprovados pela Comissão Gerenciadora do Programa. É destinado para propostas enquadradas na categoria de Esporte Amador Olímpico e Paralímpico e tem o objetivo de promover o incentivo ao desenvolvimento do esporte amador baiano.

Para 2021, o investimento previsto para o FazAtleta é de R\$ 4,5 milhões. Os recursos podem ser utilizados no financiamento de equipamentos esportivos, remuneração para atleta, técnico e preparador físico, despesas com competição, entre outros elementos.

Fonte: Ascom/Setre

Veículo: Bocão News	
Data: 11/05/21	



ESPORTE

FazAtleta realiza primeira chamada de 13 a 21 de maio



11 de Maio de 2021 às 08:30 Por:

Secom Por: Redação BNews

Projetos de atletas e equipes esportivas podem ser apresentados, entre os dias 13 e 21 de maio, ao Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador do Estado da Bahia (FazAtleta). Os interessados devem enviar, em um único e-mail, cópias digitalizadas individualmente, identificadas e em formato PDF dos formulários preenchidos e assinados e dos demais documentos exigidos na Resolução nº 01/2021 do programa.

A documentação completa deverá ser encaminhada para projetos.fazatleta@setre.ba.gov.br, com o nome do proponente no campo

“Assunto”. Não serão aceitas propostas submetidas fora do período estabelecido ou incompletas. Mais informações podem ser obtidas de segunda a sexta-feira, das 9 às 12h e das 13h30 às 16h, através do telefone (71) 3115-1642.

FazAtleta

Iniciativa do Governo do Estado, por meio das secretarias da Fazenda (Sefaz) e do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), o programa funciona por meio da concessão de abatimento no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é concedido às empresas situadas no estado da Bahia e que apoiam financeiramente projetos esportivos que são aprovados pela Comissão Gerenciadora do Programa. É destinado para propostas enquadradas na categoria de Esporte Amador Olímpico e Paralímpico e tem o objetivo de promover o incentivo ao desenvolvimento do esporte amador baiano.

Para 2021, o investimento previsto para o FazAtleta é de R\$ 4,5 milhões. Os recursos podem ser utilizados no financiamento de equipamentos esportivos, remuneração para atleta, técnico e preparador físico, despesas com competição, entre outros elementos.

FazAtleta realiza primeira chamada de 13 a 21 de maio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Projetos de atletas e equipes esportivas podem ser apresentados, entre os dias 13 e 21 de maio, ao Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador do Estado da Bahia (FazAtleta). Os interessados devem enviar, em um único e-mail, cópias digitalizadas individualmente, identificadas e em formato PDF dos formulários preenchidos e assinados e dos demais documentos exigidos na Resolução nº 01/2021 do programa.

A documentação completa deverá ser encaminhada para , com o nome do proponente no campo 'Assunto'. Não serão aceitas propostas submetidas fora do período estabelecido ou incompletas. Mais informações podem ser obtidas de segunda a sexta-feira, das 9 às 12h e das 13h30 às 16h, através do telefone (71) 3115-1642.

Iniciativa do **Governo do Estado**, por meio das secretarias da Fazenda (Sefaz) e do Trabalho, **Emprego**, Renda e Esporte (Setre), o programa funciona por meio da concessão de abatimento no **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**, que é concedido às empresas situadas no estado da Bahia e que apoiam financeiramente projetos esportivos que são aprovados pela Comissão Gerenciadora do Programa. É destinado para propostas enquadradas na categoria de Esporte Amador Olímpico e Paralímpico e tem o objetivo de promover o incentivo ao desenvolvimento do esporte amador baiano.

Para 2021, o investimento previsto para o FazAtleta é de R\$ 4,5 milhões. Os recursos podem ser utilizados no financiamento de equipamentos esportivos, remuneração para atleta, técnico e preparador físico, despesas com competição, entre outros elementos.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Emprego | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

CÂMARA Reforma tributária deve ser fatiada em 3 ou 4 projetos, diz Lira

www.atarde.com.br/politica

CPI DA COVID Agência tem protagonizado um embate com os fabricantes do imunizante russo

Coronel: presidente da Anvisa precisa esclarecer impasse com a Sputnik V

LUIZ FELIPE FERNANDEZ

Senador do PSD-BA e suplente na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, Ângelo Coronel acredita que Anderson Barra Torres, presidente da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), deverá responder aos questionamentos sobre o impasse na autorização da Sputnik V, fabricada na Rússia, na sessão marcada para hoje no Senado Federal.

De acordo com o parlamentar baiano, que preside a CPI das Fake News, este deve ser o principal tema da oitiva do diretor-presidente do órgão. Ele diz que Barra Torres precisa explicar “tecnicamente” a decisão.

“Ele tem que dizer qual o argumento para não liberar a importação da Sputnik V, já que no momento, cada vez mais mortes vão acontecendo no País. Não podemos deixar que produtos que salvam vidas não cheguem ao país. O foco vai ser mais nisso, que ele explique tecnicamente o porquê da não liberação, ou se é politicagem, pois teve como precursor da compra, os governadores do Nordeste”, disse Coronel, em entrevista ao Grupo A TARDE.

A Anvisa protagoniza um verdadeiro embate com o Instituto Gamaleya, que acusa o órgão brasileiro de sucumbir aos interesses geopolíticos e se subordinar aos Estados Unidos. Com o impasse, nenhuma das 47 milhões de do-

ses acordadas por estados e governo federal puderam ser aplicadas no Brasil.

De acordo com a agência reguladora, existe um adenovírus replicante no imunizante russo, que não foi relatado pelos pesquisadores da fabricante. Este fato é de grande importância, pois um vírus deste tipo tem a capacidade de se replicar dentro do corpo do paciente que recebeu a vacina.

Apresença do adenovírus, no entanto, é negada pelos russos.

Coronel garante que quer fugir dos extremos e representar a via da “verdade” em meio a opositoristas e governistas. Apesar de ver com naturalidade o desejo de “querer pressionar” da oposição, diz que aqueles que integram o “bloco independente” vão se ater às questões técnicas.

“Quem faz parte do bloco independente, que é o meu caso, quer a verdade. Por que não tem vacina da Sputnik V? Por que não comprou lá atrás? Já poderia ter salvado milhares de vidas. Essas coisas que estamos correndo atrás para esclarecer, e quem negligenciou, no relatório final vai ser proposto o indiciamento. Caberá ao MP indiciar ou não os culpados”, assegura.

O ‘baile’ do ministro

Em conversa com o Grupo A TARDE, Coronel admitiu que não vê necessidade de um



Marcos Oliveira / Agência Senado

Coronel quer que investigação no Senado Federal se atenha a “questões técnicas”

“Não podemos deixar que produtos [vacinas] que salvam vidas não cheguem ao país”

ÂNGELO CORONEL, senador

novo depoimento do quarto e atual ministro da Saúde do governo Bolsonaro, Marcelo Queiroga, que incomodou em sua oitiva por responder sem objetividade às perguntas dos senadores da CPI – principalmente as que envolviam a sua opinião sobre a cloroquina como tratamento para a doença.

A possibilidade foi levantada pelo presidente da Comissão e colega de partido de Coronel, o senador Omar

Aziz (PSD-AM). Em entrevista à GloboNews, ele afirmou que Queiroga será chamada novamente para depor já que ele está “se contradizendo nas atitudes”.

Para Coronel, Queiroga já “bailou” na comissão e não deve ser possível conseguir extrair nada mais de novo em outro depoimento do médico.

“Só se surgir algo novo, que tenha necessidade”, temporiza.

É preciso averiguar interferência política, defende Randolfe

DA REDAÇÃO

O vice-presidente da CPI da Pandemia, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou ontem que o objetivo da Comissão ao convidar o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Antônio Barra Torres, a prestar depoimento é entender se há interferência política no trabalho do órgão.

Com depoimento marcado para o dia de hoje, Barra Torres será o primeiro a depor à comissão nesta semana. Além dele, também serão ouvidos o ex-secretário

de Comunicação da Presidência Fabio Wajngarten e dirigentes da farmacêutica norte-americana Pfizer.

“É importante perguntar ao presidente da Anvisa, em primeiro lugar, se há algum tipo de interferência política sobre aquisição de vacinas, se houve interferência em relação à Coronavac ou se há algum tipo de interferência política da parte do presidente para se obter registro da Butanvac, da Sputnik e de outras vacinas”, destacou Randolfe, em entrevista à CNN Brasil.

Especificamente sobre a Sputnik, Randolfe disse que

é preciso determinar se há algum tipo de decisão política motivada pelo fato de o Consórcio do Nordeste, que negocia a aquisição da maior parte de doses do imunizante, ser formado por opositores do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

O governador Rui Costa (PT) tem criticado abertamente a Anvisa pela negativa em autorizar a importação do imunizante russo Sputnik V. Em março, o governo baiano assinou contrato para a compra de 9,7 milhões de doses do imunizante para o estado.



Marcelo Camargo / Agência Brasil

Randolfe Rodrigues é vice-presidente da CPI da Covid

COMITIVA

Alvo de ameaças, prefeita de Cachoeira recebe apoio

DA REDAÇÃO

O município de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, recebeu ontem diversas autoridades em níveis federal e estadual que participaram de um ato para acompanhamento das investigações das denúncias de ameaças de morte à prefeita de Cachoeira, Eliana Gonzaga (Republicanos).

Participaram do encontro a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. Outras autoridades do Governo Federal, Ministério Público Federal (MPF), Congresso Nacional, Governo do Estado da Bahia, Assembleia Legislativa da Bahia, Ministério Público Estadual (MPE) e da As-

sociação de Magistrados Brasileiros (AMB) também estiveram presente no evento, que ocorreu na Fundação Hansen Bahia.

Eliana Gonzaga vem recebendo ameaças e ataques racistas desde a campanha eleitoral. Dois correligionários da atual prefeita foram executados após a sua eleição. Escolta e outras ações preventivas já foram reforçadas pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) para garantir a sua segurança.

Damares Alves pontuou que “esta é uma das Mesas mais incríveis que já participei no meu mandato [sic] como ministra”. A ministra também afirmou que a pauta une todos partidos e ideo-



Camilla Souza / Divulgação

Autoridades prestam solidariedade a Eliana Gonzaga

logias. “Esta causa é de todos nós”, pontuou.

Em seu discurso, a prefeita Eliana Gonzaga agradeceu a mobilização das autoridades presentes. “Há um ano eu perdi a minha mãe,

logo no início da nossa pré-campanha. E ela me disse para não desistir. Pois afirmou que somos a esperança de Cachoeira. Vamos, apesar das ameaças, continuar na luta pela reconstrução da

nossa cidade”, afirmou.

Também integram a comitiva os deputados federais Mário Negromonte Júnior (PP-BA); Celina Leão (PP-DF); coordenadora da Bancada Feminina; e Rosân-

gela Gomes (Republicanos-RJ). E os estaduais Niltinho (PP) e José de Arimatéia (Republicanos).

Participam ainda do encontro o procurador da República, Ruy Nestor Bastos Mello, titular no procedimento que apura as ameaças de morte e ataques racistas contra a prefeita; a secretaria nacional de Política para as Mulheres, Cristiane Brito; a presidente da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), Renata Gil; a secretaria estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia, Julieta Palmeira, e Lívia Vaz, procuradora do Ministério Público Estadual (MPE). O ato também foi prestigiado por vereadores de Cachoeira e cidades do entorno.

Comissão já levou a uma mudança na Saúde, diz Otto

O senador Otto Alencar (PSD-BA) já consegue ver os primeiros efeitos da instauração da CPI da Covid. Em conversa com o grupo A TARDE ontem, o parlamentar contrariou a tese daqueles que não veem objetividade na comissão e creem que ela não deve levar a lugar nenhum.

A retirada do documento que orientava a prescrição de cloroquina para pacientes com Covid-19 do site do Ministério da Saúde, segundo Otto, já é consequência da comissão, que perguntou insistentemente ao ministro Marcelo Queiroga e a seus antecessores, sobre a política adotada pelo governo federal.

“Já deu tanto, que o Ministério da Saúde retirou a orientação da hidroxicloroquina, já mudou algo. Pelo menos isso”, disse Otto. “Os senadores que estão achando que não vai dar em nada são governistas. É precipitado, a CPI começou agora”, acrescentou.

Otto aproveitou ainda para cutucar o ministro Marcelo Queiroga, que fugiu das perguntas sobre o uso da cloroquina. Segundo o senador, Queiroga era contrário à administração da droga em pacientes com coronavírus quando era presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, “mas ficou indeciso quando virou ministro”.

Relator da CPI, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), também rechaçou a hipótese de que a Comissão não vai “dar em nada”, como disseram alguns parlamentares à Thaís Oyama, no UOL.

Em entrevista à colunista Mônica Bérnago, da Folha de S. Paulo, o emedebista diz que o “Brasil virou cemitério e isso não ficará impune”.

“Se houver provas sobre os morticínios, haverá, sim, responsabilização”, diz Renan Calheiros, que garante que a CPI não é palco de confronto entre oposição e governo, mas que vai trazer à tona a “verdade”.

Senador afirma que ministério recuou da indicação da cloroquina contra a Covid

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

INFRAESTRUTURA Presidente da Comissão da Fiol na Assembleia Legislativa culpa burocracia e Lava Jato por atrasos na construção da Ferrovia Oeste-Leste

Antônio Henrique Jr. ressalta impacto econômico da Fiol



DA REDAÇÃO

Presidente da Comissão Especial do Complexo Intermodal da Fiol, Porto Sul e Complexo Viário do Oeste na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), o deputado estadual Antônio Henrique Jr. (PP) culpou, ontem, a burocracia e a Operação Lava Jato pelo atraso na conclusão das obras da Ferrovia Oeste-Leste (Fiol).

Em entrevista ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM, o parlamentar afirmou que as obras trarão um impacto econômico importante para o estado.

“A burocracia impede as coisas acontecerem. Com a Lava Jato, as empresas que estavam construindo a ferrovia, parceiras uma das outras, como a OAS e Odebrecht, foram atingidas, não pelas obras da Fiol, mas em outras áreas, e elas desistiram”, afirmou.

Primeiro trecho

A Bahia Mineração (Bamin) arrematou no início de abril, por R\$ 32,7 milhões, a concessão do 1º trecho da Fiol. Com 537 quilômetros de extensão, a ferrovia ligará Ilhéus a Caetitê e escoará minério de ferro produzido no sudoeste baiano. “Isso viabiliza as obras do Porto Sul. Sem a Fiol não existe Porto Sul, sem o porto não existe a

A Bamin arrematou no início de abril, por R\$ 32,7 milhões, a concessão do 1º trecho da Fiol

ferrovia”, disse.

Os outros dois modais, a Fiol 2, que ligará Caetitê a Barreiras, e a Fiol 3, que ligará Barreiras a Figueirópolis, no Tocantins, já foram recomendados pelo conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), dependendo apenas da autorização, via decreto, do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Autorizada, a

concessão segue para a fase de estudos, audiências públicas, avaliação da agência reguladora e Tribunal de Contas da União (TCU) para a realização da concessão.

O Porto Sul, em Ilhéus, deve iniciar as operações em cinco anos, mesmo período em que a Fiol também começa a transportar as primeiras cargas do primeiro trecho.

Uendel Galter / Ag. A TARDE / 30.9.2019



O deputado Antônio Henrique Jr. foi entrevistado no programa Isso é Bahia

PROGRAMA

Camaçari busca atrair novos investimentos

DA REDAÇÃO

Mobilizando mais uma vez os representantes dos poderes Legislativo e Executivo da cidade, que na manhã de ontem se reuniram na Secretaria de Administração (Secad) para discutir a apreciação do Projeto de Lei nº 1.026/2021, que institui o Programa Municipal de Atração, Manutenção e Ampliação de Investimentos para o Desenvolvimento de Camaçari, o Invista em Camaçari.

O presidente da Câmara Municipal, Júnior Borges (DEM), o secretário da pasta, Hélder Almeida, e os vereadores Dilson Magalhães Jr. (PSDB), Gilvan Souza (PSDB) e Jamelão (Cidadania) avaliaram as observações apresentadas pelo setor industrial no sentido de tonar o PL mais completo.

De acordo com Borges, o programa surge para suprir a necessidade da implementação de uma política de incentivo ao desenvolvimento da economia na cidade e, devido a sua importância, está sendo analisado com a devida atenção e zelo.

“A Câmara Municipal foi procurada pelo Cofic, BrasKem e Cimatic Park para sugerir alguns adendos no PL. Procuramos o governo municipal para apresentar essas demandas e saímos daqui com boas projeções e encaminhamentos”, avaliou o chefe do Legislativo.

O secretário de Administração também fez uma ava-

liação positiva da reunião, revelando que as sugestões apresentadas serão direcionadas para os setores técnicos responsáveis, em um processo de análise que envolve a Secretaria da Fazenda (Sefaz), a Procuradoria Geral do Município e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec).

Diálogo

“Manter esse diálogo, tanto com o setor privado quanto com o Legislativo, é importante para a condução assertiva deste programa”, afirmou Hélder Almeida.

Atualmente, o programa tramita na Câmara Municipal. Oriundo do Poder Executivo, a proposta chegou ao Legislativo no final de abril e está sob análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Orçamento. Além dos vereadores e do secretário de Administração, também participaram da reunião o procurador geral da Câmara, Iago Santos, e o administrador Marcos Pereira.

O Projeto de Lei nº 1.026/2021 prevê a criação do programa municipal Invista em Camaçari

PRÉ-SAL

Petrobras firma contrato para construção de 7ª plataforma

DOUGLAS CORRÊA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Petrobras divulgou ontem que assinou contrato para construção da P-78, sétima unidade a ser instalada no campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. Com capacidade de processamento de 180 mil barris de óleo por dia e 7,2 milhões de metros cúbicos (m³) de gás por dia, a plataforma é do tipo FPSO, unidade flutuante que produz, armazena e transfere petróleo. A entrega está prevista para 2024.

O contrato foi assinado com a empresa Keppel Shipyard Limited, de Singapura, e prevê o atendimento ao conteúdo local de 25%, com serviços a serem executados no Brasil por meio de parceria ou subcontratação de empresas nacionais. O índice de conteúdo local é requisito previsto em edital e comprometido com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o excedente de cessão onerosa do campo de Búzios.

O fornecimento do FPSO será resultado da contratação na modalidade EPC (engenharia, suprimento e construção) e da estratégia da Petrobras de desenvolver novos projetos de plataformas próprias, incorporando as lições aprendidas nos FPSOs já instalados no pré-sal, incluindo aspectos de contratação e construção.

DESEMPENHO

Faturamento da indústria volta a crescer em março

FELIPE PONTES

Agência Brasil, Brasília

A atividade industrial voltou a crescer no mês de março, com uma alta de 2,2% no faturamento das indústrias, segundo a pesquisa Indicadores Industriais, divulgada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O resultado do mês de março compensa em parte a queda de 3,6% no faturamento registrado em fevereiro, quando a atividade industrial sentiu os efeitos da segunda onda da pandemia de Covid-19.

Na comparação com o mês do ano passado, a alta no faturamento de março foi de 12,7%. Contudo, é importante lembrar que em março de 2020 os resultados foram afetados pelos primeiros efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a atividade industrial.

A pesquisa também registrou alta de 0,9% no número de horas trabalhadas em março, revertendo queda de 0,5% em fevereiro. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a alta foi de 10,7%, o que “reflete a recuperação da crise e a consolidação em um patamar superior ao verificado antes da pandemia”, disse a CNI no material de divulgação.

A massa salarial também teve alta em março deste ano, quando cresceu 2,2%, mas apresentou uma queda de 4,6% na comparação com março de 2020.



Venturoli: Unindo beleza ao desenvolvimento sustentável na construção civil



PAULO VENTUROLI
Sócio

Em 1984, Paulo Venturoli chegava à Bahia com o sonho de prosperar na boa terra. Nascido no interior de São Paulo (Presidente Venceslau-SP), chegou a Salvador com o intuito de atender à Coelba fornecendo cruzetas de madeira de lei para redes de distribuição de energia e, em 1988, fundou a Venturoli.

Alguns anos depois, a demanda da companhia ficou muito aquém do previsto e a empresa precisou buscar outras frentes de atuação para sobreviver. Nesse período, a empresa fez de tudo um pouco para se manter: de casinha de cachorro a estruturas rurais. Tempos difíceis.

Com a constante pressão sobre a Amazônia e demais florestas nativas para a exploração de madeira, surgiu na empresa a ideia de buscar uma alternativa durável e sustentável para a construção civil, e, em 2000, a empresa enfim conseguiu realizar um sonho antigo de seu fundador: implantar uma usina de preservação de madeiras, a primeira do Nordeste. A escolha do reflorestamento e tratamento do eucalipto foi precisa: uma madeira de ciclo de crescimento rápido com boa resistência mecânica, combinada com o uso de preservativo de ação fungicida/cupinizada. Dessa forma, a Venturoli inovou ao introduzir na região o eucalipto tratado, um produto de alta qualidade, versátil e extremamente sustentável.

O produto já era muito utilizado em outras regiões do país, mas quase que exclusivamente para postes, dormentes ferroviários e estacas. O uso do eucalipto tratado combinado com acabamentos especiais (lixamento e aplicação de tintas específicas) permitiu que a empresa explorasse novas aplicações, como pergolados, cercas decorativas, quiosques e estruturas de casas e hotéis sofisticados, agregando beleza e rusticidade aos mais variados tipos de construção.

Hoje, a empresa conta com 800 hectares de áreas de reflorestamento de eucalipto no estado, além de quase 500 hectares em áreas de proteção (florestas nativas), e é referência nacional no uso do eucalipto tratado para a construção civil, bem como é líder de mercado na região Nordeste. A empresa é conhecida pela qualidade de seus produtos e bom atendimento, características imprimidas e cultivadas por seu fundador, há mais de 30 anos.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

CURTAS

BC abre consultas sobre o Pix

Até 9 de junho, correntistas e clientes de todo o país poderão apresentar sugestões para que o Banco Central (BC) aperfeiçoe dois novos serviços que farão parte do Pix, sistema instantâneo de pagamentos em vigor desde novembro do ano passado. O BC abriu consulta pública sobre o Pix Saque e o Pix Troco. Os dois serviços deverão entrar em funcionamento no segundo semestre, mas o BC aguarda o resultado da con-

sulta pública no link <https://www3.bcb.gov.br/audpub/AudienciasAtivas?para=implementar melhorias ou mudancas>. No Pix Saque, o consumidor poderá transferir o valor que deseja sacar para a conta de uma loja e retirar o valor por dinheiro. No Pix Troco, o consumidor poderá pagar uma compra via Pix com valor superior ao da mercadoria ou do serviço e receber a diferença em espécie.

Exportações baianas aumentam 55% em abril

DEMANDA CHINESA As exportações baianas atingiram US\$ 840,5 milhões em abril, aumento de 55,5% em comparação a igual mês de 2020. Apesar do efeito base explicar parte importante da sua magnitude, a alta na exportação em abril reflete a recuperação do comércio internacional e a intensa demanda chinesa e asiática, que contribuiu para elevar preços e puxar o embarque de commodities. Isso ocorre sobretudo com a soja, que voltou em grande volume aos portos após o atraso na colheita e dos derivados de petróleo, cujos preços médios tiveram aumento significativo. As informações, divulgadas ontem,

91%

Foi o aumento das importações em abril na Bahia, em relação ao mesmo mês de 2020

foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria estadual do Planejamento (Seplan).

As importações alcançaram US\$ 727,8 milhões no mês e aumentaram 91,4% em relação a abril de 2020. Também sob o efeito da base baixa de comparação, as compras externas foram puxadas principalmente por combustíveis e pela reposição de insumos que sofreram desabastecimento no mercado externo e interno. Isso aconteceu mesmo com o câmbio depreciado, porque o desabastecimento também contribuiu para elevar preços no mercado interno.

As exportações do complexo soja (grão, farelo e óleo) aumentaram 34,2% no mês passado e responderam

por 26% das vendas totais do estado ao exterior, em abril. Os fortes embarques do grão, em março e abril, ocorreram após um atraso da safra recorde, que reduziu a exportação no início da temporada.

Já o valor das exportações de derivados de petróleo teve alta de 433,5% sobre abril do ano passado, impactado por uma alta dos preços, que se elevou em média 113,1% comparado ao mesmo mês de 2020. Novamente o mercado asiático (Cingapura) respondeu por mais de 90% das compras.

No acumulado até abril, as exportações baianas acusam crescimento de 7,5%, influenciadas muito mais pela alta dos preços médios dos produtos exportados (33,4%), com destaque para soja, derivados de petróleo, produtos metalúrgicos e minerais.

Financiamento imobiliário bate recorde e cresce 113%

IMÓVEIS Depois de crescer 57,5% no ano passado – com R\$ 124 bilhões liberados pelos bancos –, o volume de financiamentos imobiliários deu um novo salto de 113% no primeiro trimestre de 2021, na comparação com os

três primeiros meses do ano passado.

De acordo com os dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), as operações entre janeiro e março chegaram ao valor

recorde de R\$ 43,1 bilhões, com 187,6 mil unidades vendidas. E a avaliação é a de que a expansão do setor imobiliário deve continuar nos próximos meses. Em meio à forte demanda dos brasileiros por imóveis.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,2326	R\$ 5,2320
Dólar Turismo	R\$ 5,2500	R\$ 5,2830
Euro turismo	R\$ 6,3930	R\$ 6,5570

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	121909,03	-0,1%

POUPANÇA

11/05/2021	0,1559%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	205%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	196%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	3,10%

ESCALADA

10

foi a alta registrada ontem no preço do minério de ferro na China. O produto, um dos mais exportados pelo Brasil, foi cotado a US\$ 206,30 por tonelada pela primeira vez.

Miriam Leitão

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Há notícias boas na economia, mas a incerteza permanece. O real zero as perdas do ano em relação ao dólar, em parte isso é resultado do forte saldo comercial derivado da alta de produtos exportados pelo Brasil. O mais espantoso aumento é o do minério de ferro, que é de 47% este ano no mercado chinês e só ontem teve alta de 10%. O saldo da balança é de US\$ 20 bilhões até a primeira semana de maio, 50% a mais do que no mesmo período do ano passado. Ouvi economistas e uma cientista política sobre esses dados e seus efeitos na economia e na política. A conclusão é que

apesar do vento a favor, o ambiente de crise permanece.

Quando há alta de commodities, as moedas dos países fornecedores, como o Brasil, se valorizam. Mas no ano passado aconteceu o oposto. O real despencou. Isso se deve à incerteza. Vacinação atrasada, os conflitos criados pelo pre-

As boas notícias e o estraga cenário

sidente e seus ataques às medidas de proteção fortaleceram o descontrolado da pandemia. A economista Sílvia Matos, do Ibre/FGV, explica o que mais está alterando o fenômeno.

– O efeito das commodities nas moedas sempre existiu nos modelos, mas apesar dos ventos externos favoráveis, questões domésticas como confusões fiscais e políticas estão jogando contra. Medidas populistas, como a intervenção na Petrobras, também. O câmbio estaria muito mais apreciado se não fossem nossos problemas internos – diz Sílvia.

Os cientistas políticos Daniela Campello e Cesar Zucco, da FGV, estudaram a relação entre o boom de commodities e o fortalecimento político dos governos. A pergunta que fiz à Daniela, ontem, foi se esse boom poderia favorecer a reeleição de Bolsonaro.

– Em tese, poderia favorecer, mas não acho esse o cenário mais provável. O que conecta o boom externo ao bem-estar das pessoas – que pode aumentar o apoio ao governo – é o câmbio. Até agora, não estava ocorrendo esse fenômeno. A subida dos preços foi forte, mas o dólar continuava alto. Acho

que precisa ser um boom realmente duradouro – que segure até 2022 – e, ainda assim, que ele não seja enfraquecido pelo caos da pandemia. Não acho o cenário favorável de forma alguma para o presidente – disse Campello.

Todos os economistas dizem que o primeiro trimestre está com dados melhores do que o previsto. É o que diz, por exemplo, o economista-chefe para Brasil e Argentina da Bloomberg Economics, Adriana Dupita. Ela resalta que principalmente o mês de março foi melhor do que o esperado. Mas o alto grau de incerteza vem impedindo os investidores de terem uma visão mais otimista sobre o futuro do país.

– O auxílio emergencial chegou ao fim, e agora haverá uma reposição parcial. Na política monetária, há aumento de juros. No câmbio, mesmo com a queda, permanece a volatilidade. Na política fiscal, começa a pesar o calendário eleitoral do ano que vem.

O economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados, que acompanha de perto o agronegócio, diz que o interior está crescendo, por força da alta das commodities, porém o cenário é de

estagnação na economia.

– O efeito das commodities é aumentar a renda nos segmentos respectivos. A renda do minério é injetada na Vale. É localizada. A do setor agrícola é bem espalhada, e o interior, onde o setor agrícola comanda, está vivendo um boom. Isso se traduz em construções e investimentos industriais ligados ao agronegócio. Entretanto, o atraso da vacinação leva ao risco de uma terceira onda, o que em alguns lugares acontecerá mesmo. O melhor cenário para este ano é de crescimento de 3%, menos do que caiu no ano passado. E para 2022 as projeções em média dão 2%. É muito pouco. Outra coisa que afeta o cenário é o risco inflacionário. O custo da alimentação vai subir, uma nova rodada, por causa do custo global de grãos e commodities. E isso é péssimo para a atividade e para o poder de compra da população que está na pior da pior. Esse é um cenário de estagnação – diz o economista.

O economista Luiz Roberto Cunha, da PUC-Rio, acha que o IPCA de abril, a ser divulgado hoje, será de 0,30%, pela queda dos combustíveis, mas o acumulado em 12 meses vai a 6,75%. Em maio, vai para 7,5%. No segundo semestre, ele acha que o dólar não vai atrapalhar, mas não vai cair muito como poderia. Conclusão minha depois dessa rodada de conversas. O governo Bolsonaro é tão incompetente que estraga até notícia boa.

交通銀行 BANCO BOCOM BBM S.A.
CNPJ/ME nº 15.114.368/0001-89
NIRE nº 29.3.000.1103.7
REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2020
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Data, Hora e Local: Em 28 de julho de 2020, às 16 horas, na sede do Banco BOCOM BBM S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Miguel Calmon, 398, 7º andar (parte), Comércio, CEP 40019-010. Convocação e Publicação: O edital de convocação foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal Correio da Bahia nos dias 11, 14 e 15 de julho de 2020. Presença: Estiveram presentes na Assembleia (realizada em primeira convocação) os acionistas representando 98,23% das ações ordinárias votantes, conforme presença certificada pelo Presidente e Secretário: BoCom Brazil Holding Company Ltda (representado pelo procurador Lucas Caminha de Lima e Silva); Angélia Mariani Bittencourt, Carlos Mariani Bittencourt, Diego Gutman Mariani, Eduardo Mariani Bittencourt, Glória Maria Mariani Bittencourt, Joana Gutman Mariani, Miguel Mariani Flaksman e Pedro Henrique Mariani Bittencourt (representados pela procuradora Janyfer Rodrigues Tenório). Mesa: A presidência foi assumida por Maria Elisa Guersoll Puertas, que convidou Lucas Caminha de Lima e Silva para secretariá-la. Ordem do dia e Deliberações: Foi aprovada, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas ou restrições, a alteração do estatuto social da Companhia para incluir a atividade de comercialização de energia elétrica no objeto social. Dessa forma, o artigo 4º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 4 - A Companhia é um banco múltiplo, tendo como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimentos, de arrendamento mercantil, de crédito imobiliário e de crédito, financiamento e investimento), inclusive a realização de operações de câmbio e crédito rural, e comercialização de energia elétrica, na modalidade atacadista e varejista; importação e exportação de energia elétrica e prestação de serviços de consultoria e gestão associados à energia elétrica". Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária e lavrada a presente ata para assinatura pelo Presidente e pelo Secretário da mesa. Na oportunidade, a Presidente declarou que (i) participação e votação dos acionistas na assembleia geral ocorreram integralmente a distância, mediante atuação remota via reunião por sistema Zoom, e (ii) a assembleia geral cumpriu com todos os requisitos estabelecidos para participação e votação dos acionistas, especialmente aqueles previstos na seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 2020. Assinaturas: A ata foi assinada pela Presidente (Maria Elisa Guersoll Puertas) e pelo Secretário da Assembleia (Lucas Caminha de Lima e Silva), conforme autorizado pela seção VIII, item 5, do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 2020. Conforme com a original lavrada no livro próprio. Salvador, 28 de julho de 2020. Maria Elisa Guersoll Puertas - Presidente. Lucas Caminha de Lima e Silva - Secretário. Aprovado pelo Banco Central do Brasil, conforme Ofício 2.226/2021-BCB/Deorf/GTRJ.A PE. 179254 em 22/01/2021. Registro na Junta Comercial do Estado da Bahia, sob nº 98064748 em 28/04/2021. Tiana Regilla M. G. de Araújo - Secretária-Geral.

ECONOMIA

Indicadores industriais mostram recuperação

LEVANTAMENTO DA CNI Após recuar em fevereiro, o desempenho da atividade das fábricas brasileiras voltou a melhorar em março, de acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Levantamento da entidade mostra que todos os indicadores industriais tiveram alta no terceiro mês do ano. O faturamento da indústria cresceu 2,2% em março, já considerando os efeitos sazonais nessa comparação - em fevereiro, houve uma retração de 3,3%. Em relação a março do ano passado - primeiro mês impactado pela pandemia de covid-19 -, a alta nas vendas do setor foi de 12,7%. O faturamento do primeiro trimestre deste ano superou em

**2,2%
é a alta do
faturamento
da indústria
na
comparação
entre
março e
fevereiro
deste ano**

7,5% o desempenho do mesmo período de 2020. "Os dados de março revertem parcialmente as perdas de fevereiro e mantém a atividade industrial em patamar acima do pré-pandemia. Na comparação com março de 2020, quando a indústria enfrentava a necessidade de paralisar suas operações por conta da pandemia, as altas da atividade são expressivas", diz o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo. A utilização da Capacidade Instalada (UCI) na indústria chegou a 81,1%, ante 80,7% em fevereiro e 76,2% em março do ano passado. Da mesma forma, as horas trabalhadas no setor cresceram 0,9% de um mês para o outro, se mantendo em um nível superior ao registrado antes da pandemia. Na comparação com o mesmo mês

de 2020, o crescimento no tempo de trabalho é de 10,7%. No trimestre, a alta é de 6,5% em relação aos três primeiros meses do ano passado. Com isso, as fábricas registraram crescimento no emprego pelo oitavo mês consecutivo, com alta de 0,3% em março. O indicador superou em 2,1% o nível do mesmo mês do ano passado. Na comparação trimestral, o crescimento de postos de trabalho na indústria neste ano é de 1,1%. A massa salarial real da indústria aumentou 2,2% em março, em linha com o aumento de 2,1% no rendimento médio real dos trabalhadores do setor. Ainda assim, na comparação com março do ano passado, os indicadores registram quedas de 4,6% e 6,5%, respectivamente.

GM anuncia que vai produzir nova picape no Brasil

AUTOS Um novo modelo de picape será produzido no Brasil pela General Motors. O anúncio foi feito pela montadora ontem e segundo informações da CNN Brasil, o modelo vai complementar a linha formada atualmente apenas pela compacta Montana e pela S10, de grande porte. A companhia afirmou que a nova picape será produzida na fábrica de São Caetano do Sul (SP) e é parte de ciclo de investimento de R\$ 10 bilhões para a renovação do portfólio e para o desenvolvimento de novas tecnologias no país.

A GM não deu detalhes do veículo, mas afirmou em comunicado à imprensa que a picape "está neste momento em fase de desenvolvimento e será o próximo integrante da nova família de veículos globais da Chevrolet, já composta pelas atuais gerações de Onix, Onix Plus e Tracker".

PETROBRAS ENCOMENDA NOVA SONDA

CAMPO DE BÚZIOS A Petrobras informou ao mercado ontem que assinou um contrato para a construção e instalação da sétima unidade no Campo de Búzios, no pré-sal da Baía de Santos. A P-78, montada pela Keppel Shipyard, será do tipo FPSO, unidade flutuante que produz, armazena e transfere petróleo, com capacidade de processamento de 180 mil barris de óleo por dia e 7,2 milhões de metros cúbicos (m3) de gás por dia. A entrega está prevista para 2024.

DESMATAMENTO GERA PERDA BILIONÁRIA

AGRONEGÓCIO Caso os níveis de desmatamento na Amazônia sigam os mesmos, o agro brasileiro pode perder receitas anuais de até US\$ 1 bi (R\$ 5,7 bi) segundo artigo de pesquisadores do Centro de Sensoriamento Remoto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade de Bonn (Alemanha). As perdas estariam associadas à menor produtividade gerada por faltas de chuvas, uma das consequências do desmatamento.

PARA MERCADO, TAXA SELIC VAI FECHAR O ANO A 5,5%

FOCUS O mercado financeiro manteve a mesma projeção da semana passada para a taxa básica de juros, a Selic. Segundo a pesquisa semanal Boletim Focus de ontem (10), a taxa Selic (juro básico da economia) deve terminar o ano de 2021 em 5,5%. O Boletim Focus compla as projeções dos principais analistas do mercado financeiro nacional para indicadores da economia brasileira. Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu elevar a taxa em 0,75%, passando para 3,50% ao ano, conforme sinalizado pela diretoria do BC, em abril. Para o fim de 2022, a estimativa é de que a taxa básica suba para 6,25% ao ano. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é de 6,5% ao ano. O BC usa a Selic como principal instrumento para controlar a inflação. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, há reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, desaquecendo a economia. A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA - a inflação oficial do país) deste ano subiu mais uma vez. Passou de 5,04% para 5,06%. Foi o quinto aumento consecutivo na projeção.

GOVERNO DO ESTADO
CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os senhores acionistas da COMPANHIA BAHIANA DE PESQUISA MINERAL - CBPM a reunirem-se na sede social, Av. 4ª do Centro Administrativo da Bahia, nº 460, nesta Capital, às 10 horas, no dia 17 de maio de 2021, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) Eleição do membro Titular e Suplente do Conselho de Administração; (II) Eleição do membro Titular e Suplente do Conselho Fiscal. Salvador, 06 de maio de 2021. A Diretoria.
CBPM

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERICÁ (BA)
AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) [PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2021] / Nº BANCO DO BRASIL Nº 867952 | Processo Administrativo nº 107/2021
A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Itaparicá/Bahia, devidamente autorizada pela Portaria Nº 001/2021, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 025/2021. Objeto: Registro de preço para aquisição de materiais e equipamentos de informática, a fim de atender as necessidades de diversas Secretarias do município. Data e horário de realização: Sessão de disputa no dia 21/05/2021 às 10h00min horas/Brasília. Edital e Anexos estão disponíveis no site www.licitacoes.com.br ou através do site <http://pmitiparicaba.imprensaoficial.org/>. Informações: itaparicalicitacao@gmail.com
Nº 02/21
AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) [PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021] / Nº BANCO DO BRASIL Nº 863670 | Processo Administrativo nº 108/2021
A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Itaparicá/Bahia, devidamente autorizada pela Portaria Nº 001/2021, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 026/2021. Objeto: Registro de preço para fatura e eventual aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Itaparicá/BA. Data e horário de realização: Sessão de disputa no dia 24/05/2021 às 10h00min horas/Brasília. Edital e Anexos estão disponíveis no site www.licitacoes.com.br ou através do site <http://pmitiparicaba.imprensaoficial.org/>. Informações: itaparicalicitacao@gmail.com
Mayane Cristina Silva do Nascimento - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAGÊ
CNPJ Nº: 13.906.409/0001-13
AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 9/2021
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAGÊ/BA realizará licitação, modalidade pregão eletrônico para registro de preço, tipo menor preço por lote, no dia 02/06/2021, às 9hs LÓGAL, no site, <https://www.licitacoes-e.com.br>, cuja finalidade é a contratação de empresa para Fornecimento de Papel Ofício. O Edital pode ser obtido no site ou na prefeitura, situada na Rua Fidélis Botelho, 28, Centro, Anagê/BA, de segunda à sexta-feira (exceto feriados), de 08hs às 12hs, mediante pagamento do DAM, no valor de R\$ 30,00. Jonatham Silva Soares - Pregoeiro
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2021
A PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAGÊ/BA realizará licitação, modalidade pregão eletrônico para registro de preço, tipo menor preço por lote, no dia 21/05/2021, às 09hs LÓGAL, no site, <https://www.licitacoes-e.com.br>, cuja finalidade é a contratação de empresa Especializada para Serviço de Tecnologia da Informação para implantação de um Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Pedagógica, visando atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer deste município. O Edital pode ser obtido no site ou na prefeitura, situada na Rua Fidélis Botelho, 28, Centro, Anagê/BA, de segunda à sexta-feira (exceto feriados), de 08hs às 12hs, mediante pagamento do DAM, no valor de R\$ 30,00. Jonatham Silva Soares - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARINHANHA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2021
SRP Nº LICITAÇÃO Nº 07/17
OBJETO - Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais gráficos, destinados a manutenção das atividades das diversas secretarias e departamentos, deste município de Carinhanha - Bahia, conforme especificações, quantidades estimadas, descritas no Termo de Referência. Abertura: 21/05/2021 às 10h00min. O Edital está a disposição no site www.licitacoes-e.com.br ou através do site: www.carinhanha.ba.gov.br, aba editais ou na sede da Prefeitura Municipal, situada à Avenida Santos, das 08:00 às 14:00 horas. Informações geradas através do e-mail: licitacao@carinhanha.ba.gov.br. Pregoeiro: Osvaldo Manoel Pires de Souza Neto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO - BA
CREDECIMENTO Nº 001/2021. O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO toma público aos interessados sua abertura de Credenciamento nº 001/2021. Processo Administrativo: 068/2021. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO - BA E SUAS SECRETARIAS, aos interessados, se dirigir ao setor de licitações deste município das 08:00h às 12:00h a partir do dia 10/05/2021, na sala de reuniões da COPEL na Prefeitura Municipal de Mundo Novo - Bahia. Maiores informações através do e-mail licitacao@mundonovo.ba.gov.br das 08:00h às 12:00h nos dias úteis. Os interessados poderão obter o Edital no endereço www.mundonovo.ba.gov.br ou na Prefeitura Municipal de Mundo Novo - Bahia, na sala da CPL, das 08:00h às 12:00h. O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO torna público aos interessados sua abertura de Credenciamento nº 002/2021. Processo Administrativo: 070/2021. Objeto: contratação de Pessoa Jurídica ou Pessoa Física para prestação de serviço de hospedagem visando atender a Prefeitura Municipal e demais secretarias, do Município de Mundo Novo - Bahia. Maiores informações através do e-mail licitacao@mundonovo.ba.gov.br das 08:00h às 12:00h nos dias úteis. Os interessados poderão obter o Edital no endereço www.mundonovo.ba.gov.br ou na Prefeitura Municipal de Mundo Novo - BA, na sala da CPL, das 08:00h às 12:00h. Mundo Novo (BA), 07 de Maio de 2021. FILIPE DA SILVA LEAL, Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRADINHO/BA
AVISO DE ADJUDICAÇÃO
PAD nº. 074/2021 - PP nº. 019/2021. Fica adjudicado o objeto: "Serviços técnicos e advocatícios especializados a serem prestados em assessoria jurídica tributária junto à Secretaria de Administração e Finanças, Procuradoria Geral e Departamento Tributário e de Arrecadação do Município de Sobradinho/BA, a empresa PONTOCOM ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.573.235/0001-33, no valor global de R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais). Sobradinho - BA, 07 de maio de 2021, Thaciana Carla Silva Mangabeira, Pregoeira.
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
Homologação do PAD nº. 074/2021 - PP nº. 019/2021. Objeto: Serviços técnicos e advocatícios especializados a serem prestados em assessoria jurídica tributária junto à Secretaria de Administração e Finanças, Procuradoria Geral e Departamento Tributário e de Arrecadação do Município de Sobradinho/BA. Vencedora PONTOCOM ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.573.235/0001-33, no valor global de R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais). Homologação em: 07/05/2021. 8:53:35 Cláudio Sampaio Bento - Prefeito Municipal.
EXTRATO DE CONTRATO 062/2021
Contrato nº 062/2021 Proc. Adm. nº 074/2021. Pregão Presencial nº 019/2021. CONTRATANTE: Município de Sobradinho/BA. CONTRATADA: PONTOCOM ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.573.235/0001-33. ASSINATURA: 07/05/2021. Objeto: prestação de serviços de assessoria jurídica tributária junto à Secretaria de Administração e Finanças, Procuradoria Geral e Departamento Tributário e de Arrecadação do Município de Sobradinho/BA. VALOR GLOBAL: R\$ 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais). VIGÊNCIA: 12 meses.
AVISO DE ADJUDICAÇÃO
PAD nº. 073/2021 - PP nº. 018/2021. Fica adjudicado o objeto: "Selecionar propostas destinadas a serviços de Controle Patrimonial, levantamento dos bens relativos ao ativo imobilizado permanente, com identificação e avaliação de todos os bens móveis e imóveis que compõem o acervo patrimonial do Município de Sobradinho/BA, a empresa PONTOCOM ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.573.235/0001-33, no valor global de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais). Sobradinho - BA, 07 de maio de 2021, Thaciana Carla Silva Mangabeira, Pregoeira.
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
Homologação do PAD nº. 073/2021 - PP nº. 018/2021. Objeto: Selecionar propostas destinadas a serviços de Controle Patrimonial, levantamento dos bens relativos ao ativo imobilizado permanente, com identificação e avaliação de todos os bens móveis e imóveis que compõem o acervo patrimonial do Município de Sobradinho/BA. Vencedora PONTOCOM ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.573.235/0001-33, no valor global de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais). Homologação em: 07/05/2021. Regis Cláudio Sampaio Bento - Prefeito Municipal.
EXTRATO DE CONTRATO 061/2021
Contrato nº 061/2021 Proc. Adm. nº. 073/2021. Pregão Presencial nº 018/2021. CONTRATANTE: Município de Sobradinho/BA. CONTRATADA: PONTOCOM ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 30.573.235/0001-33. ASSINATURA: 07/05/2021. Objeto: prestação de serviços de Controle Patrimonial, levantamento dos bens relativos ao ativo imobilizado permanente, com identificação e avaliação de todos os bens móveis e imóveis que compõem o acervo patrimonial do Município de Sobradinho/BA. VALOR GLOBAL: R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais). VIGÊNCIA: 12 meses.

Donaldson Gomes

EDITOR

@donaldsongomes

Na próxima sexta-feira (14), o Porto de Aratu vai receber o primeiro carregamento de nafta, principal matéria-prima da indústria petroquímica, com a compensação do carbono emitido no processo de produção e de transporte. A operação, realizada em caráter experimental pela Braskem, em parceria com a empresa que fornece o produto, é vista como um caminho para tornar mais sustentável a produção da indústria petroquímica global.

O navio Minerva vai atracar em Aratu com uma quantidade de nafta suficiente para abastecer as unidades da Braskem no Polo de Camaçari por aproximadamente três dias. A carga foi embarcada em Corpus Christi, no Texas (EUA) e deve realizar uma viagem de 15 dias até Aratu. As emissões equivalentes de dióxido de carbono (CO₂) que serão compensadas vão desde a extração de petróleo bruto e a movimentação por oleoduto, ao processamento para produzir nafta e ao transporte marítimo da carga de 325 mil barris.

A Trafigura, empresa que forneceu o produto, fez a coleta dos dados relacionados ao processo. Ela trabalhou com o armador do navio para minimizar as emissões associadas ao transporte da carga, o que incluiu o afretamento de um navio com maior eficiência energética, além de um acordo para que seja feita uma redução de velocidade.

As compensações foram obtidas de projetos localizados na Indonésia, que são verificados de forma independente pela Verified Carbon Standard. “A Braskem está comprometida com uma estratégia de economia circular neutra em carbono, e este piloto é um passo nessa direção, contribuindo para compensar parte das emissões da cadeia de valor”, disse Hardi Schuck, diretor de Insumos, Químicos e Afretamento Global da Braskem. “Este anúncio é alinhado aos nossos esforços para continuar a avançar em inovação e desenvolver soluções de baixo carbono”, complementa.

“É uma operação nova, primeira vez no mundo que acontece uma compensação com carga de nafta. A gente precisa analisar como a sociedade vai ver essa operação, para decidirmos se faz sentido para nós e está de acordo com a nossa estratégia”, explica. A Braskem já definiu como estratégia a redução da pegada de carbono, diz Schuck.

Isso passa por consumir menos energia, emitir menos carbono, aumentar o portfólio de matérias-primas renováveis e estudos tecnológicos para o uso do CO₂ como matéria-prima. “Esses são os



1

AKUO ENERGY / DIVULGAÇÃO



2

1 Transporte Carga saiu do Texas e deve chegar ao Porto de Aratu na sexta-feira **2 Compensação** Área na Indonésia que será recuperada

eixos principais, em que já atuamos. Agora apareceu essa nova possibilidade que iremos ver como vai se encaixar em nossa estratégia”, destaca. Segundo ele, a compensação pode entrar como uma iniciativa a mais neste processo para reduzir a pegada de carbono.

Apesar de ainda se organizar como algo voluntário, o mercado mundial de carbono está em franco crescimento. As empresas não são obrigadas a fazer esse tipo de operações, mas ele está se organizando e se documentando muito bem, de modo que já existem entidades que fazem a certificação destes projetos, explica Hardi Schuck. No caso da operação entre a Braskem e a Trafigura, foram escolhidos dois projetos para a recuperação de áreas pantanosas na Indonésia.

Segundo Schuck os esforços de compensação poderão ser realizados no Brasil futuramente.

“Nós estamos realizando a operação e fazendo uma avaliação deste processo, até aqui está sendo tudo muito positivo. Concluindo que o processo foi bom, deu certo e que valeu a pena, podemos vir a fazer projetos no Brasil e acredito que seria até mais conveniente que isso aconteça no Brasil”, avalia o diretor da Braskem.

Aratu terá carga inédita e sustentável

Meio ambiente Braskem trará para porto nafta com compensação de carbono

ETAPAS

● **Produção** Foram contabilizadas as emissões no processo de extração da matéria-prima petroquímica da natureza e o seu transporte até a área de refino. As principais emissões estão relacionadas à energia para bombear o produto.

● **Refino** Posteriormente, o material chegou à unidade de refino da Trafigura, no Texas, que gasta energia para o refino do produto e transformação dele em nafta, que é a matéria-prima utilizada pela indústria petroquímica.

● **transporte** A nafta produzida no Texas é colocada em um navio, que também queima combustível, até chegar à Bahia

BAHIA

ESTADO REGISTRA 81 MORTES POR COVID-19 EM 24H

BALANÇO A Bahia registrou 81 mortes e 1.438 novos casos de covid-19 nas últimas 24 horas, de acordo com o boletim epidemiológico divulgado ontem pela Secretaria da Saúde do Estado (Se-sab). O total de mortes pela doença na Bahia é de 19.320. A taxa de letalidade está em 2,07%. Ontem também foram confirmados mais 1.438 novos casos de covid-19 em 24 horas. Dos 932.031 casos confirmados da doença no estado desde o início da pandemia, em março do ano passado, 897.620 já são considerados recuperados e 15.091 encontram-se ativos. Ao todo, 47.861 profissionais da saúde foram confirmados com a infecção.

19

doentes esperavam vaga de UTI ontem na Bahia

Pacientes do SUS serão cadastrados automaticamente

DOENÇAS CRÔNICAS Pacientes com diabetes, hipertensos e os portadores de doença falciforme com idade igual ou superior a 40 anos que fazem tratamento na rede pública ou que retiram medicamentos de uso contínuo em unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) da capital estão sendo cadastrados automaticamente na lista dos habilitados para receber a vacina contra a covid-19.

A orientação da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) é que esses pacientes acessem o site da secretaria para confirmar se o nome está na lista do grupo prioritário e se dirijam rapidamente aos pontos de vacinação da cidade para receber a primeira dose do imunizante. O endereço virtual para conferir o nome na lista é: <http://www.saude.salvador.ba.gov.br/servicos/servicos-online/vacao-grupos-prioritarios/>.

No caso dos portadores de doença falciforme, é necessário levar os documentos comprobatórios: cópia do Relatório médico com CID da Doença Falciforme (D57.0; D57.1 e D57.2) com qualquer data de emissão ou cópia do Exame Diagnóstico de Eletroforese de Hemoglobina ou cópia da carteirinha de identificação dos serviços especializados.

Caso o nome não esteja na lista, os pacientes devem se dirigir aos postos onde fazem o tratamento para a equipe de saúde realizar o cadastro.

Salvador tem registrado uma baixa procura por parte dos portadores de doenças crônicas (comorbidades) elegíveis pelo Plano Nacional de Imunização. Segundo a prefeitura de Salvador, dos 136 mil cadastrados aptos na lista da Secretaria Municipal da Saúde, apenas 38 mil compareceram aos pontos de imunização para receber

a dose do imunizante.

Para a gestão municipal, o baixo comparecimento pode ser motivado pelo desconhecimento em relação ao direito de acesso à vacina, ao quadro clínico de saúde, ou ainda à inclusão do nome na lista de contemplados.

LOCAIS DE VACINAÇÃO

● **Drive-thrus Atakadão** Atakarejo de Fazenda Coutos; Parque de Exposições; FBDC Cabula; 5ª Centro de Saúde; Vila Militar e Arena Fonte Nova

● **Pontos fixos FTC Paralela**, USF Curralinho, USF Santa Luzia, USF Federação, USF Fernando Filgueiras (Cabula VI), USF Cajazeiras X, USF Itapua, USF Vale do Matatu, 5ª Centro de Saúde; USF Vista Alegre, UBS Nelson Piquet Dourado; USF Resgate e USF Plataforma

Projeto para 2022 é disputar o governo da Bahia, diz Neto

FUTURO POLÍTICO O ex-prefeito de Salvador e presidente nacional do Democratas, ACM Neto, afirmou nessa segunda-feira (10) que seu único projeto eleitoral para 2022 é disputar o governo da Bahia. O posicionamento vem após falas que o relacionam a uma possível candidatura em chapa presidencial.

“Estão espalhando muita fake news usando o meu nome, mas, quem me conhece sabe muito bem qual é o meu projeto político para o ano que vem”, afirmou o ex-prefeito de Salvador.

Neto afirmou também que, por conta do momento da pandemia da covid-19, ainda não se colocou como pré-candidato no pleito para a gestão do estado da Bahia.

“Todos sabem que o meu desejo é disputar o governo do estado. Ainda não me coloco como pré-candidato, pois o momento é de tratarmos do enfrentamento à pandemia, mas esse é o único projeto, conforme já disse publicamente em diversas ocasiões”, declarou ele.

O ex-prefeito vai, inclusive, intensificar as viagens pelo interior do estado. Na semana passada, em entrevista à rádio A Tarde FM, ele falou sobre o potencial da Bahia de se tornar, de novo, a ‘locomotiva do Nordeste’. “Claro que não vou dizer que está tudo errado (em relação ao atual governo estadual). Não irei fazer isso, porque há coisas certas e erradas, e não tem porque ficar só criticando. Mas claro também que podemos ser muito mais. A Bahia precisa voltar a ser a locomotiva do Nordeste e, para isso, vai ser fundamental ter uma visão estratégica, agir com doses de ambição”, avaliou.

Padroeiro
MISSA PARA SÃO FRANCISCO XAVIER

Missa em homenagem a São Francisco Xavier, padroeiro de Salvador, foi realizada ontem na Catedral Basílica, no Terreiro de Jesus (Centro Histórico). A solenidade foi presidida pelo arcebispo de Salvador, Dom Sergio da Rocha, e contou com as presenças do prefeito Bruno Reis, da vice Ana Paula Matos e do presidente da Câmara, Geraldo Júnior. **FOTO DE ARISSON MARINHO**



FUTURO DO MERCADO DE LUXO É PROMISSOR

BATE-PAPO O empresário Carlos Pazetto, diretor da Pazetto Events Consulting, conversou com Joca Guañas ontem sobre o mercado de produção de eventos para o setor de luxo, sua especialidade. O bate-papo foi no Segundo, no Instagram do CORREIO. Pazetto já produziu mais de 800 desfiles para a moda de luxo, além de festas como o Baile da Vogue. O Camarote Salvador, espaço luxuoso do Carnaval baiano, também teve sua produção em 2020. Louis Vuitton e Cartier também estão entre seus clientes. “Há trabalhos de nosso coração. Tive um Carnaval impressionante. Sou apaixonado pelo Camarote Salvador, muito legal de

fazer. Tenho relação muito íntima com a Bahia. Já fiz Daniela Mercury três anos, fiz Iguatemi na obra de expansão”, lembrou o produtor, que é também publicitário de formação. Para ele, o Brasil é um potente mercado, citando a exposição do designer de moda Karl Lagerfeld, realizada em 2013, em São Paulo.



Carlos Pazetto no Segundo

GRUPO INVADE O POSTO DA UNIFTC EM BUSCA DE VACINA

CORONAVAC Um grupo invadiu o posto de vacinação da UniFTC, ontem, após confusão sobre quem teria direito a receber a 2ª dose da CoronaVac. O local atendia exclusivamente pessoas que tinham a data do reforço marcada para 1º de maio. Houve filas, confusão e duas pessoas passaram mal. Elas foram atendidas por profissionais de saúde e por bombeiros civis e estão bem. Segundo uma pessoa que foi ao posto, a confusão começou quando o coordenador da fila informou que as doses estavam acabando. A polícia foi acionada. Segundo a SMS, quem ficou sem a vacina ontem precisará esperar um novo calendário.

TOQUE DE RECOLHER É PRORROGADO ATÉ O DIA 17 DE MAIO

AÇÕES ANTICOID O governo do estado prorrogou a restrição da locomoção noturna de pessoas das 21h às 5h, em toda a Bahia, até o dia 17 de maio. A medida, que tem como objetivo conter a disseminação do novo coronavírus, foi publicada no domingo (9) na versão on-line do Diário Oficial do Estado (DOE). As informações são da Secom estadual. Pelo decreto, também fica proibida, em todo o território baiano, a venda de bebida alcoólica em qualquer estabelecimento, inclusive por delivery, das 18h de 14 maio até as 5h de 17 de maio. Shows e festas, independentemente do público, também continuam proibidos.

Estão espalhando muita fake news usando o meu nome, mas quem me conhece sabe qual é o meu projeto político para 2022 ACM Neto

Presidente nacional do Democratas



MAX HAACK

TOQUE DE RECOLHER É PRORROGADO ATÉ O DIA 17 DE MAIO

AÇÕES ANTICÓVID O governo do estado prorrogou a restrição da locomoção noturna de pessoas das 21h às 5h, em toda a Bahia, até o dia 17 de maio. A medida, que tem como objetivo conter a disseminação do novo coronavírus, foi publicada no domingo (9) na versão on-line do Diário Oficial do Estado (DOE). As informações são da Secom estadual. Pelo decreto, também fica proibida, em todo o território baiano, a venda de bebida alcoólica em qualquer estabelecimento, inclusive por delivery, das 18h de 14 maio até as 5h de 17 de maio. Shows e festas, independentemente do público, também continuam proibidos.

Projeto para 2022 é disputar o governo da Bahia, diz Neto

FUTURO POLÍTICO O ex-prefeito de Salvador e presidente nacional do Democratas, ACM Neto, afirmou nessa segunda-feira (10) que seu único projeto eleitoral para 2022 é disputar o governo da Bahia. O posicionamento vem após falas que o relacionam a uma possível candidatura em chapa presidencial.

“Estão espalhando muita fake news usando o meu nome, mas, quem me conhece sabe muito bem qual é o meu projeto político para o ano que vem”, afirmou o ex-prefeito de Salvador.

Neto afirmou também que, por conta do momento da pandemia da covid-19, ainda não se colocou como pré-candidato no pleito para a gestão do estado da Bahia.

“Todos sabem que o meu desejo é disputar o governo do estado. Ainda não me coloco como pré-candidato, pois o momento é de tratarmos do enfrentamento à pandemia, mas esse é o único projeto, conforme já disse publicamente em diversas ocasiões”, declarou ele.

O ex-prefeito vai, inclusive, intensificar as viagens pelo interior do estado. Na semana passada, em entrevista à rádio A Tarde FM, ele falou sobre o potencial da Bahia de se tornar, de novo, a ‘locomotiva do Nordeste’. “Claro que não vou dizer que está tudo errado (em relação ao atual governo estadual). Não irei fazer isso, porque há coisas certas e erradas, e não tem porque ficar só criticando. Mas claro também que podemos ser muito mais. A Bahia precisa voltar a ser a locomotiva do Nordeste e, para isso, vai ser fundamental ter uma visão estratégica, agir com doses de ambição”, avaliou.

Estão espalhando muita fake news usando o meu nome, mas quem me conhece sabe qual é o meu projeto político para 2022 ACM Neto

Presidente nacional do Democratas



MAX HAACK

Tribuna

Bahia tem a décima gasolina mais cara do país, segundo ANP

YURI ABREU
REPORTER

Combustível utilizado por boa parte dos motoristas, a gasolina tem o seu valor, na Bahia, considerado o 10º mais caro no país, de acordo com um levantamento feito pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre os dias 02 e 08 deste mês de maio. O preço médio de revenda, no estado, na última semana, é de R\$ 5,653, uma elevação de 7,66% em relação aos sete dias anteriores. Em quatro semanas, o acréscimo foi de 1,47% e, nos últimos 12 meses, de 43,95%.

No país, o título de gasolina mais cara pertence ao estado do Acre: média de R\$ 6,262. A mais barata é encontrada no Amapá: R\$ 4,868. No

Brasil como um todo, o preço médio de revenda da gasolina C comum variou positivamente 0,91% em relação à semana anterior, para R\$ 5,515/litro. Nas últimas quatro semanas, a queda foi de 1,23%. Por outro lado, nos últimos 12 meses, houve um aumento de 44,26% no valor deste combustível, especificamente.

Na capital baiana, a gasolina, conforme o Sistema de Levantamento de Preços (SLP), também da ANP, teve o preço médio de R\$ 5,682, ficando na 9ª colocação entre as capitais com o combustível mais caro do país – o primeiro lugar é de Rio Branco, no Acre, cujo valor médio do litro foi de R\$ 6,153. O mais barato foi percebido em Macapá, no Amapá: R\$ 4,868.

Ainda aqui em Salvador, o preço mais barato encontrado pelas equipes da agência federal foi de R\$ 5,65/litro em 12 postos da cidade. Já o mais caro, R\$ 5,79, foi percebido em um estabelecimento na região do Jardim Armação.

Feita pela ANP semanalmente, pesquisa a "Síntese do Comportamento dos Preços dos Combustíveis", trouxe um levantamento nacional acerca dos preços de outros dois produtos também usualmente consumidos por motoristas: etanol hidratado e diesel S10. No primeiro caso, aqui na Bahia, o valor médio foi de R\$ 4,364, com o estado ocupando também a 10ª colocação entre os combustíveis mais caros. Já com relação ao diesel a unidade federativa aparece somente na

16ª posição, com o preço médio de revenda de R\$ 4,454.

NOVA TABELA

Nesta segunda-feira, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) publicou no Diário Oficial da União (DOU) a nova tabela com preços médios ao consumidor final de combustíveis em todo o país. No caso da Bahia, os valores ficaram da seguinte maneira: Gasolina Comum (R\$ 5,07/litro), Gasolina Premium (R\$ 5,75/litro), Diesel S10 (R\$ 3,89/litro), Óleo Diesel (R\$ 3,84/litro), Etanol Hidratado (R\$ 4,09/litro) e GNV (R\$ 3,01/m³). Esses valores, assim como aqueles referentes aos demais estados, devem adotar os índices a partir do dia 16 de maio.

Tribuna

Lira prevê que a Reforma Tributária deve ser fatiada em 3 ou 4 projetos

AGÊNCIA BRASIL

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) afirmou ontem, por meio de uma rede social, que a proposta da reforma Tributária vai ser fracionada e dividida entre três ou quatro relatores. Lira disse que vai definir a questão com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM- MG). Lira disse ainda que quer avançar com o texto sem se "preocupar com a paternidade" do projeto e que vai decidir ainda esta semana sobre o formato de tramitação da proposta. "Vamos avançar com a reforma tributária sem nos preocupar com a paternidade do projeto. Esta semana devemos definir a tramitação, o formato. Temos aí duas reformas, a que envolve renda e a de consumo. Daremos um passo esta semana para fazermos a reforma de maneira ordenada", disse.



ARTHUR LIRA afirmou ontem, por meio de uma rede social, que a proposta da reforma tributária vai ser fracionada e dividida entre três ou quatro relatores

Na semana passada, sob o argumento de estouro de prazo, Lira extinguiu a comissão especial da Casa que analisava a reforma tributária. Segundo ele, os trabalhos da comissão expiraram há um ano e meio e o encerramento evitaria contestações judiciais no futuro.

A extinção dos trabalhos do colegiado ocorreu horas depois de o relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) ler o parecer sobre o tema na comissão mista de deputados e senadores, onde está sendo discutido um texto consensual antes da votação

nas duas Casas. A decisão de Lira foi tomada num momento de divergência entre o governo e a comissão mista. A equipe econômica queria uma proposta de reforma tributária fatiada, em que temas específicos fossem votados na medida em que houvesse acordo.

O fatiamento da reforma também era defendido pelo presidente da Câmara, com o argumento de iria facilitar a tramitação da proposta. Ribeiro, entretanto, apresentou um relatório no qual propôs a unificação de cinco tributos no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), texto considerado amplo pelo governo.

Lira também abordou o tema da reforma política que está sendo objeto de debate na comissão especial criada na última semana. Para ele, haverá poucas alterações nas regras eleitorais. "Há um sentimento de maioria em relação ao distrito, mas não sei se é tamanho de PEC, mas a comissão terá tempo para fazer as alterações para serem aprovados até outubro".

Tribuna

Exportações baianas tiveram crescimento de 55,5% em abril

As exportações baianas atingiram US\$ 840,5 milhões em abril, com aumento de 55,5% em comparação a igual mês de 2020. Apesar do efeito base que explica parte importante da sua magnitude, a alta na exportação em abril reflete a recuperação do comércio internacional e a intensa demanda chinesa e asiática, que contribuiu para elevar preços e puxar o embarque de commodities. Isso ocorre sobretudo com a soja, que voltou em grande volume aos portos após o atraso na colheita e dos derivados de petróleo, cujos preços médios tiveram aumento significativo.

As informações, divulgadas nesta segunda-feira (10), foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria estadual do Planejamento (Se-

plan).

As importações alcançaram US\$ 727,8 milhões no mês e aumentaram 91,4% em relação a abril de 2020. Também sob o efeito da base baixa de comparação, as compras externas foram puxadas principalmente por combustíveis e pela recomposição de insumos que sofreram desabastecimento no mercado externo e interno. Isso aconteceu mesmo com câmbio depreciado, porque o desabastecimento também contribuiu para elevar preços no mercado interno.

As exportações do complexo soja (grão, farelo e óleo) aumentaram 34,2% no mês passado e responderam por 26% das vendas totais do estado ao exterior, em abril. Os fortes embarques do grão, em março e abril, ocorreram após um atraso da safra recorde, que reduziu a exportação no início da temporada.

Tribuna

Câmara de Feira de Santana instaura “CPI da Cesta Básica”

O prefeito Colbert Martins se manifestou ontem sobre o caso

HENRIQUE BRINCO / REPÓRTER

A Câmara Municipal de Feira de Santana (BA) instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da “cesta básica”. O objetivo da investigação é apurar denúncias envolvendo suposta distribuição de alimentos com fins eleitoreiros e a venda de leite de programa de assistência social pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedesos).

Inicialmente trazidas pelo vereador Paulão do Caldeirão (PSC), as acusações sobre supostas irregularidades motivaram os parlamentares da Casa da Cidadania a instalar a CPI. No requerimento 111/2021, os autores desta-

cam que o radialista possui fotos da distribuição de alimentos por membros da Sedeso, secretaria então administrada por Pablo Roberto - atual secretário Municipal de Agricultura.

O documento também cita uma matéria veiculada pelo Jornal Folha do Estado em novembro de 2020, que traz a denúncia de que as cestas básicas não teriam passado pelo almoxarifado da Prefeitura, tampouco pelo Centro de Referência de Assistência Social. A Comissão tem o prazo de 120 dias para a elaboração do relatório final e conclusão do trabalho.

O prefeito Colbert Martins se manifestou ontem sobre o caso, por meio de um vídeo

divulgado pela assessoria de imprensa. “A maior responsabilidade de um prefeito é cuidar bem das pessoas e cuidar muito bem do dinheiro público. Estou com a consciência absolutamente tranquila de que tenho esta responsabilidade. E para cumprir esse objetivo eu preciso enfrentar grandes desafios administrativos e políticos, que fazem parte da vida de todo prefeito. Não tenho medo de nenhum desses desafios, porque tenho muita disposição para trabalhar e enfrentar situações difíceis como estamos enfrentando nesta pandemia. Continuarei sendo responsável com a aplicação dos recursos públicos”, declarou.

“Não sou apegado a erros e garanto a vocês que não vou ceder a nenhum tipo de intimidação, de ameaça ou pressão, para satisfazer interesses pessoais de quem quer que seja. Para mim estão sempre em primeiro lugar os interesses da nossa comunidade, e o bem-estar da minha gente de Feira de Santana. Com o seu apoio, com a sua força e com a força do povo da minha terra, ficaremos firmes para fazer uma Feira cada vez melhor”, completou.

A escolha dos integrantes da Comissão da Cesta Básica já se deu por indicação da Mesa Diretora, seguida da aprovação por maioria do plenário.



A CÂMARA Municipal de Feira de Santana (BA) instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da “cesta básica”

Tribuna

Mercado financeiro espera que taxa de juros Selic feche o ano em 5,50%

AGÊNCIA BRASIL

O mercado financeiro manteve a mesma projeção da semana passada para a taxa básica de juros, a Selic. Segundo o boletim Focus de hoje (10), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos, a Selic deve terminar o ano de 2021 em 5,50%.

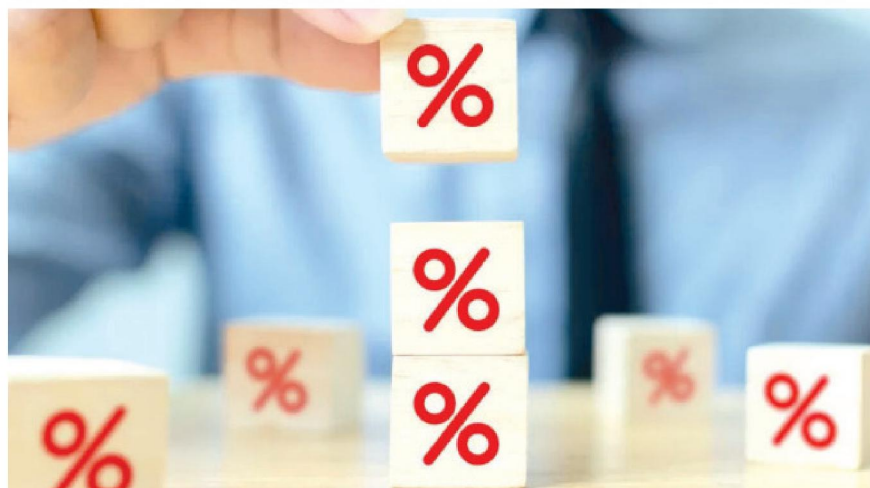
Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu elevar a taxa em 0,75%, passando para 3,50% ao ano, conforme sinalizado pela diretoria do BC, em abril.

Para o fim de 2022, a estimativa é de que a taxa básica suba para 6,25% ao ano. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é de 6,5% ao ano.

O BC usa a Selic como principal instrumento para controlar a inflação. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, há reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança, desaquecendo a economia.

INFLAÇÃO

A previsão do mercado fi-



nanceiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA - a inflação oficial do país) deste ano subiu mais uma vez. Passou de 5,04% para 5,06%. Foi o quinto aumento consecutivo na projeção.

Para 2022, a estimativa de inflação subiu de 3,6% para 3,61%. Tanto para 2023 como para 2024 a previsão para o índice é de 3,25%.

A projeção para 2021 está próxima do limite da meta de inflação que deve ser perse-

guida pelo Banco Central. O centro da meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

As instituições financeiras consultadas pelo BC elevaram a projeção para o crescimento da economia brasileira este ano de 3,14% para 3,21%. Para o próximo ano, a expectativa para o Produto In-

terno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - passou de 2,31% para 2,33%. Em 2023 e 2024, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 2,5%. A expectativa para a cotação do dólar passou de R\$ 5,40 ao final deste ano para R\$ 5,35. Para o fim de 2022, a previsão é de que a moeda americana fique em R\$ 5,40. Em 2023 e 2024, a previsão é de que o dólar custe R\$ 5,20 e R\$ 5,10, respectivamente.

Veiculo: Bahia.BA	
Data: 11.05.2021	Caderno: Economia

Publicado em 11/05/2021 às 10h37.

Governo renova contrato de gestão do Hospital Espanhol por R\$ 29,1 milhões

Instituto Nacional de Saúde ficará à frente da administração da unidade pelos próximos três meses

O governo Rui Costa (PT) publicou na edição do Diário Oficial do Estado desta terça-feira (11) a renovação do contrato que autoriza o INTS (Instituto Nacional de Saúde) a gerir o Hospital Espanhol pelos próximos três meses. O custo será de R\$ 29.180.152,96.

Responsável pela administração, operacionalização e execução das ações e dos serviços de saúde, a instituição venceu a licitação realizada por meio da Sesab (Secretaria de Saúde da Bahia) em março do ano passado.

Fechado há mais de cinco anos até o início da pandemia, em março, o Hospital Espanhol foi reaberto para atender exclusivamente pacientes diagnosticados com Covid-19.

Atualmente, a unidade está operando com 253 leitos e uma média móvel de 80% de ocupação

Veículo: G1	
Data: 05/05/21	



Estados com dívidas de R\$ 413 bilhões negociam novo socorro da União

Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Amapá e Rio Grande do Norte negociam adesão ao novo regime de recuperação fiscal; programa pode ser o segundo maior refinanciamento da história, atrás apenas de pacote dos anos 1990.

Por Bianca Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, GloboNews e G1

11/05/2021 05h01 Atualizado há 2 horas

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

fonte: Tesouro Nacional



DÍVIDAS
R\$ 413 BI

DEVIDAS À UNIÃO
OU GARANTIDAS
PELO GOVERNO FEDERAL

Seis governadores negociam com o Tesouro adesão ao novo regime de recuperação fiscal

Com uma dívida que ultrapassa os R\$ 400 bilhões, seis estados estão em negociação com a União para aderir ao novo regime de recuperação fiscal. Estão nesta lista: **Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Amapá e Rio Grande do Norte.**

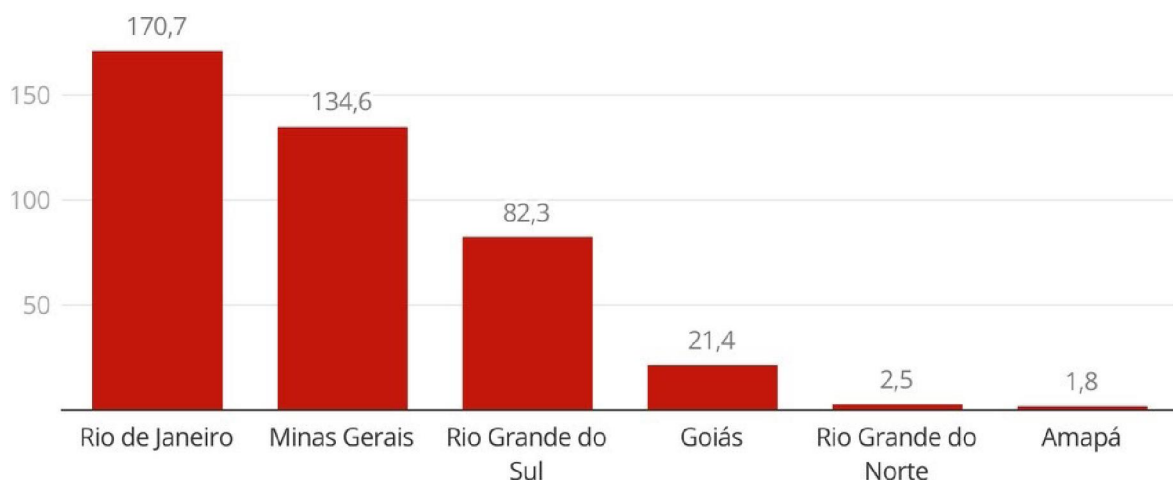
"Espera-se que os pedidos de adesão sejam realizados ao longo deste e dos próximos meses", informou o **Tesouro Nacional**, por meio de nota. As solicitações serão analisadas e a entrada no novo socorro financeiro não é garantida.

O Rio de Janeiro, **único estado que conseguiu entrar na primeira versão do regime**, em 2017, acumula a maior dívida: R\$ 170,7 bilhões. O valor inclui os débitos com a União e também os empréstimos com instituições financeiras e organismos multilaterais que contam com garantias da União. Ou seja, se o governo estadual der o calote, o governo federal é obrigado a pagar.

Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que, assim como o Rio, contam com as piores notas no ranking do Tesouro, aparecem logo na sequência.

Dívida que pode ser renegociada

Valor inclui os débitos com a União e os empréstimos com instituições financeiras e organismos multilaterais que têm garantia do governo federal; dados em bilhões de R\$



Fonte: Tesouro Nacional

Dívida que pode ser renegociada — Foto: Economia/G1

Se as seis unidades da federação aderirem ao novo regime, esse será o segundo maior refinanciamento da história, atrás apenas de um pacote dos anos 1990.

Renegociações anteriores – e a origem das dívidas

Segundo o economista Marcos Mendes, que pesquisou a crise fiscal dos estados nos últimos 40 anos, o maior socorro foi feito em 1997, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Na época, foram renegociados R\$ 556 bilhões, em valores já corrigidos pela inflação. 25 unidades da federação aderiram – número bem maior do que agora.

"Nós tivemos uma crise muito forte das dívidas dos estados no fim dos anos 90, que veio da quebra dos bancos estaduais e do fato de a inflação ter acabado com a forma mais barata de financiamento dos estados, que era deixar as suas despesas se desvalorizarem pela inflação", diz Mendes, professor do Insper.

"Houve um programa muito sério e bem-sucedido, iniciado em 1997, em que o governo federal assumiu as dívidas estaduais em troca de um programa de ajustamento. E tinha um instrumento muito forte no programa: a União tinha autorização para entrar na conta do estado e tirar o dinheiro se ele não pagasse a prestação do refinanciamento da dívida."

Após esse pacote bilionário e a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a situação financeira dos governos locais melhorou. Mas apenas de forma passageira: os governadores aproveitaram a bonança econômica dos anos 2000 para expandir os gastos, principalmente com pessoal, e as dívidas voltaram a crescer. "Só que, quando veio a crise econômica, a receita caiu, mas o pessoal que foi contratado não podia ser mandado embora, e a dívida tinha que ser paga", explica Mendes.

Novo regime de recuperação

É em meio a esse cenário que a União prepara um novo resgate aos Estados superendividados.

Decreto publicado em abril estabelece que os governos locais terão nove anos para reequilibrar as contas, com alívio na cobrança das dívidas. Na primeira versão do regime, criado em 2017, eram apenas três anos, que podiam ser renovados por mais três.

Nos primeiros doze meses, que não entram na contagem do prazo, a suspensão do pagamento é integral.

Como contrapartida, os governadores deverão:

- Promover a privatização de estatais
- Estabelecer uma espécie de teto de gastos, limitando o crescimento das despesas à variação da inflação
- Reduzir em 20% os incentivos e benefícios fiscais
- Fazer uma reforma da Previdência
- Rever benefícios dos servidores

"A nova versão consertou alguns problemas do regime anterior", afirma Mendes, do Insper. "No programa original, por exemplo, se o estado não cumprisse as condições de ajustamento ele seria excluído do regime."

"Mas essa punição era muito forte e não tinha credibilidade. O Rio não cumpriu e não foi excluído, porque conseguiu pressionar politicamente", diz o professor.

Rio avança no acordo

Uma das negociações mais avançadas é exatamente a do Rio de Janeiro.

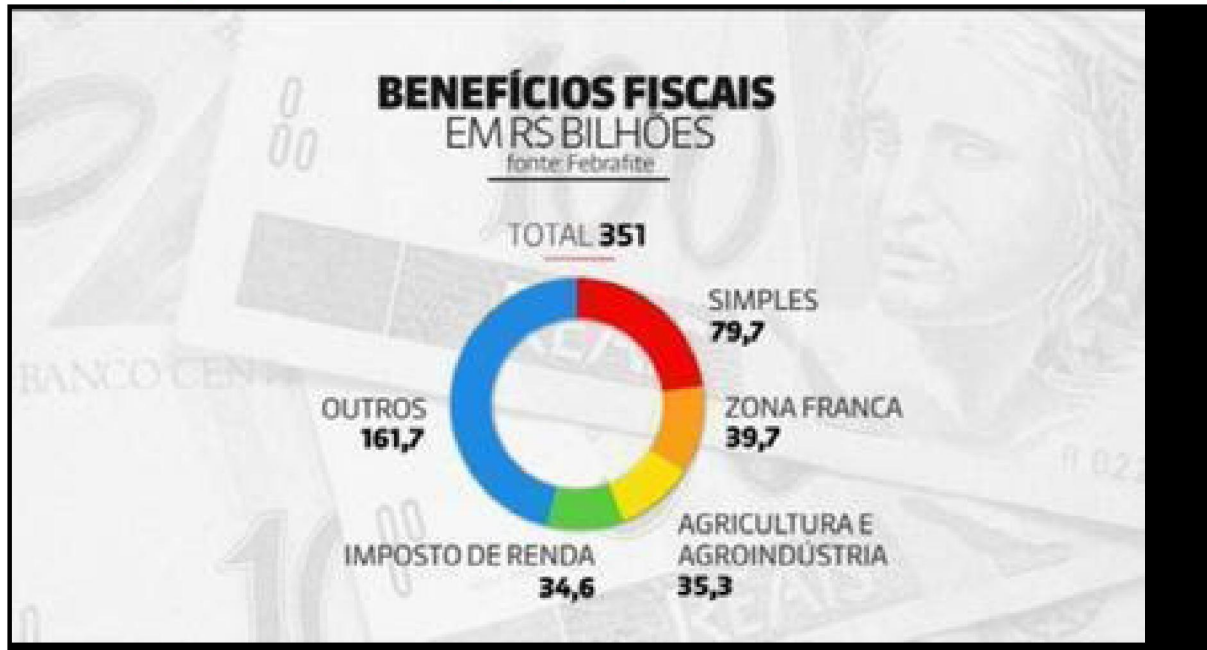
Em abril, logo após o decreto publicado pelo governo federal, o ex-secretário de Fazenda Guilherme Mercês afirmou que o **estado iria apresentar um novo plano e que uma "nova etapa" teria início com o novo regime de recuperação**. Mercês deixou a secretária na semana passada e foi substituído por Nelson Rocha.

A expectativa é que o programa dê um alívio de R\$ 4,5 bilhões aos cofres do estado apenas em 2021.

Mas o governo fluminense ainda tem pendências com a União, referentes ao primeiro programa de socorro. Estudo elaborado pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) mostra, por exemplo, que o estado deveria ter cortado R\$ 2,9 bilhões em incentivos fiscais a empresas e setores econômicos, mas o ajuste ficou em apenas R\$ 1,4 bilhão.

"Na entrada do regime, o Rio se comprometeu a reverter uma tendência de aumento de incentivos fiscais. Essa contenção efetivamente ocorreu, mas ficou aquém daquilo que era esperado", diz o economista Matheus Rosa Ribeiro, autor do estudo da Febrafite. "O estado só conseguiu cortar metade do volume de incentivos. Isso é algo que deve ser debatido."

- **Benefícios fiscais atingem patamar recorde e equivalem a quase um quarto da arrecadação do país**



Governo vai abrir mão de R\$ 351 bilhões em arrecadação em 2021
Em 2020, o Rio de Janeiro abriu mão de um valor equivalente a 15% da sua arrecadação devido a essas exceções tributárias. "Quase 90% dos incentivos fiscais (concedidos pelo RJ) têm prazos indeterminados, então não têm um compromisso com a sua revisão", destaca Ribeiro.

Procurada, a Secretaria de Fazenda do Rio não se posicionou sobre o estudo, mas confirmou que pretende aderir ao novo regime de recuperação fiscal.

Estados judicializaram as dívidas

Hoje, todos os seis estados em negociação com o Tesouro estão com o pagamento da dívida suspenso por decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Esse regime de recuperação fiscal é um esforço para tentar reduzir os incentivos à inadimplência. É um processo longo. E passa, por exemplo, pelo fato de o STF reconhecer que ele não pode a todo momento suspender o pagamento de dívida, alegando que os estados são a parte mais fraca, porque isso vai gerar sempre

estímulo a gastar demais, a se endividar e a não se comprometer com o pagamento da dívida", diz Mendes.

- **STF adia pagamento de dívida do RJ até sair novo regime de recuperação fiscal**

O governo de Goiás, por exemplo, conta com uma liminar do ministro Gilmar Mendes, do STF, que suspende o pagamento das dívidas do Estado junto ao Tesouro Nacional e a bancos públicos.

A liminar porém, vence no dia 30 de junho e fontes a par das negociações afirmam que ela não deve ser renovada. Ao longo dos últimos meses, o Supremo vem atuando como intermediário, numa tentativa de conciliação entre o governo de Goiás e o Tesouro, para possibilitar o ingresso no novo regime de recuperação. Segundo fontes, há entraves em relação a um dos pré-requisitos de adesão, relacionado ao nível de endividamento.

A expectativa é que uma audiência final entre as partes seja realizada ainda no mês de maio. O Estado tenta desde dezembro de 2018 fazer parte do regime de recuperação fiscal e já entregou um plano atualizado ao Tesouro Nacional.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 11/05/21	



ESTADOS COM DÍVIDAS NEGOCIAM NOVO SOCORRO DA UNIÃO



admin 11 Maio, 2021

Com uma dívida que ultrapassa os R\$ 400 bilhões, seis estados estão em negociação com a União para aderir ao novo regime de recuperação fiscal. Estão nesta lista: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Amapá e Rio Grande do Norte. “Espera-se que os pedidos de adesão sejam realizados ao longo deste e dos próximos meses”, informou o Tesouro Nacional, por meio de nota. As solicitações serão analisadas e a entrada no novo socorro financeiro não é garantida.

O Rio de Janeiro, único estado que conseguiu entrar na primeira versão do regime, em 2017, acumula a maior dívida: R\$ 170,7 bilhões. O valor inclui os débitos com a União e também os empréstimos com instituições financeiras e organismos multilaterais que contam com garantias da União. Ou seja, se o governo estadual der o calote, o governo federal é obrigado a pagar. Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que, assim como o Rio, contam com as piores notas no ranking do Tesouro, aparecem logo na sequência. Se as seis unidades da federação aderirem ao novo regime, esse será o segundo maior refinanciamento da história, atrás apenas de um pacote dos anos 1990.

Segundo o economista Marcos Mendes, que pesquisou a crise fiscal dos estados nos últimos 40 anos, o maior socorro foi feito em 1997, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Na época, foram renegociados R\$ 556 bilhões, em valores já corrigidos pela inflação. 25 unidades da federação aderiram – número bem maior do que agora. “Nós tivemos uma crise muito forte das dívidas dos estados no fim dos anos 90, que veio da quebra dos bancos estaduais e do fato de a inflação ter acabado com a forma mais barata de financiamento dos estados, que era deixar as suas despesas se desvalorizarem pela inflação”, diz Mendes, professor do Insper.

“Houve um programa muito sério e bem-sucedido, iniciado em 1997, em que o governo federal assumiu as dívidas estaduais em troca de um programa de ajustamento. E tinha um instrumento muito forte no programa: a União tinha autorização para entrar na conta do estado e tirar o dinheiro se ele não pagasse a prestação do refinanciamento da dívida.”. Após esse pacote bilionário e a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a situação financeira dos governos locais melhorou. Mas apenas de forma passageira: os governadores aproveitaram a bonança econômica dos anos 2000 para expandir os gastos, principalmente com pessoal, e as dívidas voltaram a crescer.

Decreto publicado em abril estabelece que os governos locais terão nove anos para reequilibrar as contas, com alívio na cobrança das dívidas. Na primeira versão do regime, criado em 2017, eram apenas três anos, que podiam ser renovados por mais três. Nos primeiros doze meses, que não entram na contagem do prazo, a suspensão do pagamento é integral.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/05/2021	Caderno: Notícias



Segunda, 10 de Maio de 2021 - 21:40

Exportações e importações crescem na BA em abril; mercado asiático é principal parceiro



As exportações baianas atingiram US\$ 840,5 milhões em abril, com aumento de 55,5% em comparação a igual mês de 2020, conforme informações divulgadas nesta segunda-feira (10) pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria estadual do Planejamento (Seplan).

As importações alcançaram US\$ 727,8 milhões no mês e aumentaram 91,4% em relação a abril de 2020. Também sob o efeito da base baixa de comparação, as compras externas foram puxadas principalmente por combustíveis e pela recomposição de insumos que sofreram desabastecimento no mercado externo e interno. Isso aconteceu mesmo com câmbio depreciado, porque o desabastecimento também contribuiu para elevar preços no mercado interno.

As exportações do complexo soja (grão, farelo e óleo) aumentaram 34,2% no mês passado e responderam por 26% das vendas totais do estado ao exterior, em abril. Os fortes embarques do grão, em março e abril, ocorreram após um atraso da safra recorde, que reduziu a exportação no início da temporada. As projeções para as exportações de soja são as melhores possíveis para a atual safra, considerando o valor baixo dos estoques globais, o aumento da produção na Bahia e a forte demanda asiática, sobretudo da China. O mercado chinês representou quase 57% das vendas do setor esse ano, com um crescimento de 18,6% ante igual período de 2020.

Já o valor das exportações de derivados de petróleo teve alta de 433,5% sobre abril do ano passado, impactado por uma alta dos preços, que se elevou em média 113,1% comparado ao mesmo mês de 2020. Novamente o mercado asiático (Cingapura) respondeu por mais de 90% das compras.

No acumulado até abril, as exportações baianas acusam crescimento de 7,5%, influenciadas muito mais pela alta dos preços médios dos produtos exportados (33,4%), com destaque para soja, derivados de petróleo, produtos metalúrgicos e minerais. Os volumes embarcados avançaram muito menos em alguns segmentos e chegaram a registrar baixa no total do período (-19,4%), em função do atraso na colheita das lavouras de soja nos primeiros dois meses de 2021 e dos embarques menores de derivados de petróleo.

Os países asiáticos lideram os mercados de destino com 50% de participação no total de vendas até abril. Mas outros parceiros econômicos importantes da Bahia, que demandam produtos locais, como Estados Unidos (+17,4%), Argentina (+15,4%) e União Europeia (+6,5%), também vivem em um contexto de recuperação econômica, resultando numa demanda crescente de diversos produtos da pauta estadual.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/05/2021	Caderno: Notícias



Segunda, 10 de Maio de 2021 - 21:20

Faturamento da indústria volta a crescer em março, segundo CNI



A atividade industrial teve crescimento no mês de março, com uma alta de 2,2% no faturamento das indústrias. Os dados foram divulgados na pesquisa Indicadores Industriais, divulgada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com a Agência Brasil, o resultado do mês de março compensa em parte a queda de 3,6% no faturamento registrado em fevereiro, quando a atividade industrial sentiu os efeitos da segunda onda da pandemia de Covid-19.

Na comparação com o mês do ano passado, a alta no faturamento de março foi de 12,7%. Contudo, é importante lembrar que em março de 2020 os resultados foram afetados pelos primeiros efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a atividade industrial.

A pesquisa também registrou alta de 0,9% no número de horas trabalhadas em março, revertendo queda de 0,5% em fevereiro. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, a alta foi de 10,7%, o que "reflete a recuperação da crise e a consolidação em um patamar superior ao verificado antes da pandemia", disse a CNI no material de divulgação.

A massa salarial (soma dos salários pagos corrigida pela inflação) também teve alta em março deste ano, quando cresceu 2,2%, mas apresentou uma queda de 4,6% na comparação com março de 2020 e ainda se mantém em patamares abaixo do pré-pandemia. "Parte da queda é explicada pelos desligamentos ocorridos naquele período e o consequente aumento no pagamento de verbas rescisórias, que conferiu a março de 2020 um pico descolado da tendência que se apresentava até então", disse a CNI ao divulgar os dados.

A utilização da capacidade instalada chegou a 81,1% em março, alta de 0,4 ponto percentual em relação a fevereiro. Todos os indicadores estão com ajuste sazonal, desconsiderando oscilações típicas de determinadas épocas do ano, como número de feriados e datas comemorativas.

O único indicador que mantém tendência de alta, sem quebras, ao longo dos últimos oito meses, é o do emprego industrial, que registrou alta de 0,3% em março em relação a fevereiro, e de 1,2% na comparação com março de 2020.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/05/2021	Caderno: Notícias



Segunda, 10 de Maio de 2021 - 18:20

Lira nega disputa por paternidade da reforma tributária e quer administrativa até julho

por Danielle Brant | Folhapress



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), negou nesta segunda-feira (10) qualquer disputa por paternidade da reforma tributária, disse que as mudanças serão fracionadas para agilizar a aprovação e calculou entregar a administrativa para o Senado cerca de um mês e meio após a constitucionalidade do texto ser votada.

Lira concedeu entrevista à Rádio Bandeirantes na manhã desta segunda, menos de uma semana depois de anunciar o fim da comissão especial da Câmara que analisava a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de simplificação de impostos.

O presidente da Câmara defendeu sua decisão, reiterou que o colegiado já havia extrapolado o número regimental de sessões e chamou de arranjo a comissão mista cujo funcionamento foi confirmado na última quinta-feira (6) pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

"Lá em 2020, no início da pandemia, foi feito esse arranjo regimental", disse Lira, ressaltando que o objetivo era a entrega de um texto comum entre Câmara e Senado. "E nesse aspecto foi louvável, mas regimentalmente ela não tem validade, ela não tem efetividade no que ela analisa, porque ela não existe na previsão regimental nem da Câmara, nem do Senado, nem do Congresso Nacional."

O deputado ressaltou ainda o compromisso com a reforma tributária "sem paternidade, sem CPFs, sem CNPJs, sem interesse em privilegiar aquele ou esse texto."

"Nós temos um compromisso de votar e botar para votação uma reforma tributária possível", defendeu. "Nós não podemos ficar enganchados em CPFs, pai da reforma de um lado, tio da reforma do outro. Nós não temos absolutamente esse compromisso."

Lira disse não haver " vaidade " sobre por qual Casa a reforma vai começar a tramitar e qualificou o relacionamento com Pacheco como " o melhor possível. " Segundo o deputado, ambos se reunirão nesta semana para decidir os próximos passos da reforma.

O presidente da Câmara calculou haver duas etapas na tributária: uma envolvendo a fusão do PIS e Cofins na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), o Imposto de Renda, o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), e o passaporte tributário. Essas mudanças poderiam ser feitas por projetos de lei, fatiados e divididos entre Câmara e Senado. E haveria ainda a reforma sobre o consumo, em texto que foi proposto pelo relator, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Lira destacou que a reforma fracionada através de projetos de lei, como o texto enviado pelo governo sobre a CBS, tornaria a tramitação mais rápida na Câmara e no Senado. " Mais uma vez eu digo, não há vaidade alguma [por] onde ela começa. PEC precisa de dois textos iguais nas duas Casas para ter sua aprovação ou sua promulgação feita. Não há paternidade disso. "

Segundo ele, pode haver três ou quatro relatores diferentes da tributária.

O presidente da Câmara também falou sobre a reforma administrativa, em tramitação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), e disse que ela sinalizará uma previsão de gastos para o futuro. " A reforma vem fixando regras de agora para frente. Qualquer servidor que entrar a partir deste momento no serviço público sabe que estará regido por normas diferentes dos servidores que até agora estão. "

Nas contas dele, a administrativa deve ser liberada pela CCJ ao fim das audiências públicas, o que deve acontecer nesta sexta-feira (14). Será encaminhada, então, a uma comissão especial para analisar o mérito. O presidente deve ser o deputado Fernando Monteiro (PP-PE) e o relator, Arthur Maia (DEM-BA).

" E aí vai vir a discussão de todas as exceções que fazem parte hoje do bojo do funcionalismo ", afirmou. " Nós vamos ter que deixar clara a questão dos penduricalhos, dos supersalários, de temas que vêm recorrentemente sendo cobrados aqui na Câmara e que eu não tenho dúvida que serão analisados junto com a reforma administrativa. "

" Em um mês e meio depois de liberada da CCJ, a gente entrega a administrativa para o Senado ", disse.

Lira falou ainda sobre a reforma política, cuja comissão especial foi instalada na semana passada. " Eu entendo que poucas alterações podem ser feitas. Há um sentimento de maioria com relação ao distritão, mas eu não sei se esse tamanho é tamanho de PEC, se alcança 308 votos ", disse.

Ele lembrou que a comissão terá que fazer alterações para que as mudanças estejam prontas até outubro, para valerem para o próximo ano.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 10/05/2021	



Obra da ponte que ligará Barra a Xique-Xique atinge 75% de execução

10 maio 2021



FIMI Drone Camera

A obra de construção da ponte sobre o rio São Francisco, com 1.014 metros de comprimento, interligando os municípios de Xique-Xique e Barra, está em ritmo intenso. Os serviços atingiram 75% de etapas executadas. Atualmente, encontram-se em andamento a etapa de lançamento de vigas, a implantação da laje e a concretagem do trecho em balanço sucessivo, – que são os vãos principais do equipamento.

Até o momento, já foram investidos mais de R\$ 77 milhões na obra, que conta com 350 trabalhadores diretos. Com investimento total de R\$ 133 milhões, a ponte deverá ser entregue no fim de outubro, quase um ano antes do prazo definido em contrato de concessão estabelecido pelo Governo do Estado, por meio da Agerba, com a Concessionária Estrada do Feijão (Concef).

Após entregue, o equipamento irá possibilitar mais segurança, conforto e rapidez na travessia entre as duas cidades, além de fazer a ligação do oeste com o restante do estado, contribuindo para o desenvolvimento de diversos setores da economia baiana. “O tempo de viagem de balsa, que faz a ligação de Barra com Xique-Xique, é de aproximadamente 30 minutos. Com a nova ponte implantada sobre o Rio São Francisco, a duração do deslocamento irá diminuir para apenas dois minutos”, destaca o secretário Estadual de Infraestrutura Marcus Cavalcanti.

Estrada do Feijão

Com extensão de 545,4 quilômetros, o Sistema Rodoviário BA-052 tem início nas imediações de Feira de Santana, passa pelo município de Xique-Xique, de onde segue até Barra, na BA-160. A Concef executa requalificação de 159,85 quilômetros do sistema rodoviário da Estrada do Feijão, – uma das vias mais importantes para o escoamento de grãos, oleaginosas, minérios e da pecuária produzidos no oeste da Bahia.

A restauração de mais 29 quilômetros da BA-052, nas imediações de Morro do Chapéu e América Dourada, já começou. Atualmente, incluindo este trecho, 50 km estão sendo restaurados. Todo o revestimento asfáltico do KM 267 ao KM 285, além do km 293 ao km 304, está sendo removido, para que um novo revestimento seja realizado. O prazo de execução do serviço é de quatro meses, e este trecho da estrada deverá ser entregue até o final de agosto.

Fonte: Ascom/Agerba

Veículo: Gov Bahia	
Data: 10/05/2021	



Exportações baianas cresceram 55,5% em abril

10 maio 2021



Foto: Aiba/Divulgação

As exportações baianas atingiram US\$ 840,5 milhões em abril, com aumento de 55,5% em comparação a igual mês de 2020. Apesar do efeito base que explica parte importante da sua magnitude, a alta na exportação em abril reflete a recuperação do comércio internacional e a intensa demanda chinesa e asiática, que contribuiu para elevar preços e puxar o embarque de commodities. Isso ocorre sobretudo com a soja, que voltou em grande volume aos portos após o atraso na colheita e dos derivados de petróleo, cujos preços médios tiveram aumento significativo.

As informações, divulgadas nesta segunda-feira (10), foram analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado (Seplan).

As importações alcançaram US\$ 727,8 milhões no mês e aumentaram 91,4% em relação a abril de 2020. Também sob o efeito da base baixa de comparação, as compras externas foram puxadas principalmente por combustíveis e pela recomposição de insumos que sofreram desabastecimento no mercado externo e interno. Isso aconteceu mesmo com câmbio depreciado, porque o desabastecimento também contribuiu para elevar preços no mercado interno.

As exportações do complexo soja (grão, farelo e óleo) aumentaram 34,2% no mês passado e responderam por 26% das vendas totais do estado ao exterior, em abril. Os fortes embarques do grão, em março e abril, ocorreram após um atraso da safra recorde, que reduziu a exportação no início da temporada.

As projeções para as exportações de soja são as melhores possíveis para a atual safra, considerando o valor baixo dos estoques globais, o aumento da produção na Bahia e a forte demanda asiática, sobretudo da China. O mercado chinês representou quase 57% das vendas do setor esse ano, com um crescimento de 18,6% ante igual período de 2020.

Já o valor das exportações de derivados de petróleo teve alta de 433,5% sobre abril do ano passado, impactado por uma alta dos preços, que se elevou em média 113,1% comparado ao mesmo mês de 2020. Novamente o mercado asiático (Cingapura) respondeu por mais de 90% das compras.

No acumulado até abril, as exportações baianas acusam crescimento de 7,5%, influenciadas muito mais pela alta dos preços médios dos produtos exportados (33,4%), com destaque para soja, derivados de petróleo, produtos metalúrgicos e minerais. Os volumes embarcados avançaram muito menos em alguns segmentos e

chegaram a registrar baixa no total do período (-19,4%), em função do atraso na colheita das lavouras de soja nos primeiros dois meses de 2021 e dos embarques menores de derivados de petróleo.

Os países asiáticos lideram os mercados de destino com 50% de participação no total de vendas até abril. Mas outros parceiros econômicos importantes da Bahia, que demandam produtos locais, como Estados Unidos (+17,4%), Argentina (+15,4%) e União Europeia (+6,5%), também vivem em um contexto de recuperação econômica, resultando numa demanda crescente de diversos produtos da pauta estadual.

O conjunto de dados pode significar o início de reversão de ciclo de redução do fluxo comercial, que se expandiu 20,1% no quadrimestre, com aproveitamento da retomada do comércio mundial. Em tempos de pandemia e de medidas de restrição à circulação de pessoas, a exportação gera oportunidades de negócios, com efeitos domésticos positivos na geração de riqueza e renda.

Fonte: Ascom/SEI

mercado

Pressão de base bolsonarista e servidor joga reforma administrativa para 2023

Lira diz que entrega PEC até julho ao Senado, mas até aliados do presidente veem entraves

Daniel Carvalho, Danielle Brant e William Castanho

BRASÍLIA A pressão da base de Jair Bolsonaro ameaça empurrar a reforma administrativa só para 2023. Deputados aliados do presidente se alinharam ao lobby dos servidores e querem evitar desgastes políticos a um ano das eleições.

Com isso, as mudanças nas carreiras do funcionalismo — uma das principais bandeiras do ministro Paulo Guedes (Economia) desde o início do governo, em 2019 — corre, mais uma vez, o risco de subir no telhado.

Deputados que vieram da carreira pública, em especial da segurança pública — como policiais civis, militares e federais —, procuradores e defensores públicos temem dar andamento à reforma.

Soma-se ainda a esse cenário a resistência de congressistas da oposição.

Esse movimento será um dos principais entraves para o cumprimento do calendário de tramitação planejado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O parlamentar, que também é líder do centrão, tem pressão e prevê a entrega da reforma ao Senado em julho.

O cronograma do aliado de

Bolsonaro e Guedes, no entanto, enfrenta obstáculos. Congressistas ligados a servidores antevêm disputas e dizem que esse prazo só será alcançado se o presidente avançar como um trator.

Um dos compromissos firmados com base, oposição e governo, por exemplo, é a realização de audiências públicas até sexta (14) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

“É importante que, a partir daí, aquele colegiado [CCJ] libere a votação, porque ela não fere a Constituição, e aí ela estará pronta para o plenário”, disse Lira em entrevista na manhã desta segunda-feira (10) à Rádio Bandeirantes.

“Em um mês e meio depois de liberada da CCJ, a gente entrega a [reforma] administrativa para o Senado”, afirmou.

A vontade de Lira, porém, esbarra até nas avaliações de bolsonaristas. Presidente da CCJ, a deputada Bia Kicis (PSL-DF) disse que esse tipo de pauta é mais viável no início de um governo.

No primeiro ano de mandato, o time de Guedes tentou apresentar uma reforma, mas adiou a entrega. A PEC (proposta de emenda à Constituição) com as mudanças chegou ao Congresso apenas em setembro de 2020.

“A gente vai tocar porque é pauta do governo. A gente não pode desistir, mas estou fazendo uma avaliação política: acho que fica mais complicado”, disse Bia Kicis à Folha. Para ela, é melhor deixar a tramitação para 2023.

Em 22 de fevereiro, Lira chegou a escrever em rede social que esperava que a reforma fosse aprovada pelos deputados em plenário até o fim do primeiro trimestre.

A proposta proíbe progressões automáticas de carreiras, como as gratificações por tempo de serviço, e abre caminho para o fim da estabilidade de em grande parte dos cargos, maior rigidez nas avaliações de desempenho e redução do número de carreiras.

Em fevereiro, ao listar suas prioridades no Congresso, Bolsonaro incluiu a chamada PEC 32/2020, que trata da reforma administrativa.

Agora, se a admissibilidade da PEC for votada na CCJ na sexta, dia da última audiência, será possível instalar a comissão especial na próxima semana, segundo deputados que acompanham a tramitação.

No entanto, como a votação só deve ocorrer na próxima semana, o mais provável é que o texto só comece a ter o mérito

“A gente vai tocar porque é pauta do governo. A gente não pode desistir, mas estou fazendo uma avaliação política: acho que fica mais complicado”

Bia Kicis (PSL-DF) presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, sobre a reforma administrativa

apreciado no fim de maio.

Após sair da comissão especial, a PEC é apreciada em plenário em dois turnos. O texto precisa obter o apoio de ao menos 308 deputados em cada votação. Só depois é que irá para o Senado, onde haverá dois turnos e serão necessários 49 votos para ser aprovada.

Apesar do otimismo de Lira, há poucas chances de a PEC chegar ao Senado até julho. Expectativas de quem acompanha as discussões preveem debates na comissão especial até meados de agosto.

Esse processo já promete polêmicas. A Rádio Bandeirantes Lira disse, por exemplo, que era preciso tratar da revisão de penduricalhos e supersalários, que, segundo ele, são questões recorrentemente cobradas na Câmara e deverão ser analisadas com a reforma administrativa.

Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, o deputado Professor Israel Batista (PV-DF) contestou Lira. Segundo ele, já há projetos sobre o tema e sobre avaliação de desempenho.

“[A PEC] Não trata de privilégios, não organiza o serviço público e não trata de qualidade. Além disso, amplia poderes de presidente, governa-

dores, prefeitos, para um nível que só existia no Estado Novo e na ditadura militar”, disse. “Há uma obsessão por uma reforma constitucional de grande envergadura de maneira açodada”, afirmou. “É um clima ruim, porque é uma reforma que precisa de debate acurado.”

Batistalidera um grupo com 242 congressistas — 235 deputados e 7 senadores. Segundo ele, há colegas que ainda não tiveram tempo de ler a PEC.

A ampliação do debate, defende, deve acontecer na comissão especial. Para isso, o deputado disse que a estratégia da frente é ocupar as vagas no colegiado.

Nos cálculos de Batista, a frente tem quantidade de votos suficiente para ser ouvida no debate e evitar uma discussão atropelada. A ideia é que as conversas durem pelo menos três meses no órgão e vai analisar o mérito da PEC.

Para viabilizar o debate na comissão especial, a ideia de deputados que defendem a reforma administrativa é focar a comunicação na melhoria dos serviços públicos em vez de atacar supostos privilégios de categorias.

Esses congressistas tentam, assim, evitar episódios como o protagonizado por Guedes no início de 2020, quando o ministro chamou funcionários públicos de parasitas.

Ainda assim, quando sair da comissão especial, a reforma vai ter dificuldades no plenário da Câmara.

Além de deputados egressos ou ligados a carreiras públicas, há ainda críticas de setores ligados à segurança pública e a própria oposição, que soma cerca de 120 deputados.



Jair Bolsonaro e a presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados, Bia Kicis (PSL-DF) Carolina Antunes - 12.nov.19/Divulgação/Presidência

Entenda a reforma administrativa

- Proposta cria diferentes tipos de **vínculo**
- **Estabilidade** ficará restrita a um deles: **cargo típico de Estado**
- As carreiras com direito ainda serão definidas. Precisa de **concurso** e não podem ter redução de remuneração nem de jornada
- É criada a possibilidade de **cargo por tempo indeterminado, sem estabilidade** e dependente de concurso
- Governo quer **avaliar o servidor** antes de assumir o cargo público efetivo
- Proposta impede demissões por questões partidárias
- Presidente pode reorganizar autarquias e fundações, reorganizar atribuições de cargos do Poder Executivo e extinguir órgãos
- **Servidores públicos em atividade no momento da aprovação das medidas não serão impactados**

IBGE sugere vacinar equipes para Censo e discute adiamento

Fábio Pupo e Matheus Teixeira

BRASÍLIA O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) afirmou em ofício enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal) que a realização do Censo em 2021 deve considerar a necessidade de vacinação das equipes de campo pelo menos dois meses antes da coleta de dados.

Essa é uma das dificuldades que o IBGE menciona caso a Corte emita uma decisão que obriga o órgão a fazer a pesquisa ainda neste ano.

No mês passado, o ministro

Marco Aurélio deferiu liminar para determinar à União e ao IBGE a adoção de medidas para fazer o Censo em 2021.

O relator destacou que, ao deixar de fazer o estudo, o governo descumpriu o dever de organizar e manter os serviços de estatística e geografia de alcance nacional. A AGU (Advocacia-Geral da União) apresentou recurso ao STF.

O IBGE ficou sem recursos para a pesquisa neste ano. Originalmente, R\$ 2 bilhões haviam sido reservados na proposta de Orçamento de 2021. O Congresso reduziu o valor para R\$ 71 milhões e o texto san-

cionado pelo presidente apresentou o valor de R\$ 53,2 milhões, inviabilizando o Censo.

Com a discussão do tema no STF, o IBGE apresentou três possíveis de cronogramas. O primeiro é de coleta de dados a partir de outubro de 2021. Nesse caso, a inscrição dos candidatos interessados a integrar a equipe precisaria ser reaberta ainda neste mês.

O início da pesquisa neste ano jogaria a revisão para janeiro e fevereiro e geraria grandes chances de prejuízos, diz o IBGE, com prolongamento da operação de campo e aumento de custo.

“Dados os aspectos negativos apontados no cenário de realização do Censo ainda em 2021, alternativas de realização da operação em 2022 devem ser consideradas”

IBGE em ofício ao STF

A falta de vacinação ainda geraria resistência de moradores para receber os pesquisadores e ainda geraria desistências na equipe.

Diante dos riscos apontados pelo IBGE de fazer o Censo ainda em 2021, o órgão apresentou outros cenários e afirmou que adiar a operação para 2022 deve ser uma opção analisada.

“Dados os aspectos negativos apontados no cenário de realização do Censo ainda em 2021, alternativas de realização da operação censitária em 2022 devem ser consideradas”, afirma o texto.

Nesse caso, os dados começariam a ser coletados em maio de 2022. Antes disso, os preparativos teriam que começar ainda em dezembro, mas o período de viagens e entraves orçamentários podem prejudicar a execução das atividades.

Um terceiro cenário adiaria o início da coleta de dados para agosto de 2022, o que faria o Censo ser incluído no Orçamento do ano que vem. Isso, segundo o IBGE, não traz riscos — exceto o da demora nos resultados, que podem acabar sendo divulgados apenas no começo de 2023.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 11/05/2021	Caderno: Economia



Governo parece preferir uma reforma tributária 'fatiada' no lugar de uma ampla

É difícil entender racionalmente a defesa de uma 'reforma fatiada', cujo impacto sobre o crescimento tende a ser muito menor

Bernard Appy*, O Estado de S.Paulo

11 de maio de 2021 | 04h00

Na última terça-feira, o deputado [Aguinaldo Ribeiro](#) apresentou seu parecer sobre a proposta de [reforma tributária](#) em uma comissão mista de deputados e senadores. Os parlamentares apresentaram sugestões de alterações no texto ao longo da semana passada e, em princípio, uma versão ajustada do relatório deverá ser apresentada amanhã (12/5) e votada na Comissão Mista.

A partir daí não sabemos o que vai acontecer. A Comissão Mista não existe regimentalmente. Foi uma construção política criada para buscar uma convergência entre as propostas de emenda constitucional de reforma tributária que estão em análise na [Câmara dos Deputados](#) (PEC 45/2019) e no [Senado Federal](#) (PEC 110/2019). O entendimento inicial é que o texto aprovado na Comissão Mista deveria seguir sua tramitação seja pela Câmara, seja pelo Senado, sendo utilizado como uma referência para os pareceres da PEC 45 (cujo relator é o próprio deputado Aguinaldo Ribeiro) ou da PEC 110 (cujo relator é o senador [Roberto Rocha](#), que também é presidente da Comissão Mista).

O mais provável é que o texto siga pelo Senado, pois o presidente da Câmara não apenas extinguiu a comissão especial que estava analisando a PEC 45 (com base em argumentos regimentais), como vem sinalizando que vai apoiar uma “reforma fatiada” apenas dos tributos federais, que não exige emenda constitucional.

O governo também parece preferir uma “reforma fatiada”, ao invés de uma ampla reforma da tributação do consumo, incluindo, além dos tributos federais, o **ICMS** (estadual) e o **ISS** (municipal), como propõe o relator da Comissão Mista. A primeira “fatia” da reforma do governo seria a substituição do **PIS** e da **Cofins** (tributos federais sobre o consumo) por uma **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, nos termos de projeto de lei enviado pelo governo em meados do ano passado. Segundo a imprensa, as demais etapas (sobre as quais não se conhecem detalhes) seriam a substituição do **IPI** por um Imposto Seletivo, mudanças no **Imposto de Renda**, a facilitação do pagamento de dívidas tributárias e, por fim, a criação de um tributo sobre movimentação financeira vinculado a uma desoneração da folha de salários.

As razões pelas quais o governo se opõe a uma reforma ampla dos tributos sobre bens e serviços parecem ser duas. A primeira seria a dificuldade de aprovação da matéria, dados seus impactos setoriais e federativos. A segunda seria a resistência a aportar recursos para financiar um Fundo de Desenvolvimento Regional, que é uma exigência dos Estados mais pobres para apoiar a reforma tributária.

Tal postura do governo parece desconsiderar o trabalho do relator na Comissão Mista, que construiu um texto que busca minimizar as resistências à aprovação de uma reforma ampla. Por um lado, o parecer abriu a possibilidade de tratamento diferenciado para alguns setores, como serviços de educação e saúde, atividades agropecuárias e agroindustriais, transporte público coletivo e rodoviário de cargas, operações com bens imóveis e entidades beneficentes. Por outro lado, manteve-se um prazo bastante longo – de 50 anos – para a transição na distribuição da receita entre os entes federativos. Por fim, o relator atendeu a várias demandas do próprio governo federal, entre as quais uma transição mais rápida para o PIS e a Cofins e a ausência de previsão do Fundo de Desenvolvimento Regional (deixando a negociação sobre esse tema para depois).

Embora o parecer do relator não elimine todas as resistências à aprovação de uma reforma tributária ampla, certamente mitiga muito essas resistências. Trata-se de um texto que, tendo apoio do governo federal, provavelmente teria uma chance razoável de ser aprovado. Neste cenário, é difícil entender racionalmente a defesa de uma “reforma

fatiada”, que também enfrentará dificuldades políticas e cujo impacto sobre o crescimento do Brasil nos próximos anos tende a ser muito menor que o que resultaria da aprovação do projeto apresentado pelo relator.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 11/05/2021	Caderno: Economia



Subvenções de ICMS podem reduzir a base de cálculo do IRPJ e da CSLL

Bruno Junqueira*

11 de maio de 2021 | 07h00

Bruno Junqueira. FOTO: DIVULGAÇÃO

Oferecer subvenções de ICMS é uma das principais armas dos Estados para atrair empresas, investimentos e, por consequência, novos postos de trabalho em setores específicos da economia. É o famoso “quem dá mais”: os estados competem entre si para receber grandes aportes privados, sejam eles ligados a um novo setor, a uma indústria em expansão ou a qualquer segmento que promova uma nova onda de fluxo econômico.

Bom para a visibilidade do Estado, que pode impulsionar a chegada de mais empreendimentos, excelente para as empresas, que conseguem ótimas deduções fiscais em locais estratégicos.

O problema é que, até 2017, essas negociações não eram combinadas com a União. A Receita Federal dava de ombros, e tratava essas subvenções como receitas das corporações, computando-as no cálculo da tributação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Em outras palavras, o incentivo dado a essas empresas gerava um custo com o governo federal.

A Lei Complementar nº 160/2017 deu fim ao imbróglio com a alteração do Art. 30 da Lei 12.973/2014, que passou a desconsiderar “as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à

implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público” como objetos de cálculo do lucro real.

A LC representou um divisor de águas no que tange à integralidade do incentivo fiscal concedido pelo Estado, seja ele qual for, a empresas privadas. E isso reduziu o impacto do IRPJ e da CSLL aos beneficiários, assegurando uma dedução fiscal ‘justa’ sob o ponto de vista da expectativa alavancada pelo empreendedor no ato da negociação com os entes federados.

É importante que as empresas beneficiárias fiquem atentas ao valor cobrado em IRPJ e CSLL, já que são ‘indexados’ à variação do lucro real apresentado no exercício fiscal anterior. Afinal, reforça, a dedução não pode ser tratada como receita.

***Bruno Junqueira, advogado e sócio do escritório BLJ – Consultoria Tributária e Empresarial**
Tudo o que sabemos sobre:

Artigo

De olho no 5G, gigantes chinesas planejam fazer smartphones no Brasil

Empresas trazem modelos de celular com preços a partir de R\$ 2,2 mil. Acessórios para 'home office' também estão na mira

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

Gigantes chinesas da área de tecnologia decidiram colocar o Brasil no centro de suas estratégias globais de crescimento. A Realme, sexta maior fabricante de smartphone da China, acaba de chegar aqui e já tem planos de iniciar a produção local de celulares de olho no 5G, tecnologia que vai conferir maior velocidade de conexão móvel.

Planos semelhantes tem a Xiaomi, quarta maior empresa do país asiático, que lançou novos aparelhos na última terça-feira. A chegada das duas companhias tende a gerar uma nova disputa de preços no setor.

As apostas acontecem em um momento em que multinacionais de setores tradicionais, como a Ford e a fabricante de cimento Lafarge-Holcim, decidem deixar o Brasil. Há também o quadro de pressão contra a presença de outra chinesa, a Huawei, nas redes de 5G em vários países, devido à pressão dos Estados Unidos, que alegam preocupações de segurança.

Mas o interesse das empresas chinesas no Brasil não se

restringe ao mercado de smartphones. De olho na maior demanda gerada pelo *home office*, a Rapoo, maior fabricante de teclados e mouses daquele país, chega ao Brasil em parceria com a Multilaser.

'HUB' PARA AMÉRICA LATINA

Em um segmento dominado por Samsung e Apple, a Realme traz três modelos para o Brasil, sendo que um deles já é habilitado para o 5G, o Realme 7 5G. Os outros dois são 4G, o 7 e o 7 Pro. Os preços começam em R\$ 2,2 mil, e os celulares têm quatro câmeras na parte traseira e memória interna de 128 GB.

Segundo Marcelo Sato, gerente de vendas da Realme, a estratégia é que o Brasil seja uma espécie de *hub* de negócios para a América Latina. Por isso, os planos incluem a produção local.

— Já estamos falando com parceiros no Brasil. Queremos ser, em cinco anos, a terceira maior marca de celular do Brasil. Estamos fazendo parcerias com os sites de varejo para ampliar o canal de vendas. Queremos disseminar o 5G no Brasil. Em 2022 ou 2023, vamos ter apenas celulares 5G no Brasil — explica Sato.

Os aparelhos da Realme, fundada na China em 2018 e hoje presente em 61 países, usam o sistema operacional Android, da gigante americana Google.

Além de celulares, nos próximos meses a Realme vai lançar diversos aparelhos conectados, como novas opções de relógios, fones e itens para casa. No mundo, seu catálogo chega a mais de 100 itens.

Outra que almeja a terceira posição no mercado brasileiro de smartphones é a Xiaomi, que voltou ao país em 2019. A empresa está hoje na quarta colocação, atrás de Samsung, Apple e Motorola.

Para isso, a Xiaomi investe na ampliação do portfólio de celulares, com quase 40 aparelhos até dezembro, como a linha Redmi Note 10, cujos preços começam em R\$ 2,8 mil.

A empresa aposta ainda em outros produtos, de patinetes elétricos a caixas de som.

Segundo Luciano Barbosa, gerente do projeto Xiaomi Brasil, o ritmo de lançamentos no país vai depender da produção de chips no mundo — que atualmente enfrenta uma onda de escassez, pela combinação de res-



Mercado. Loja da Xiaomi no Shopping Ibirapuera, em São Paulo, antes da pandemia: ritmo de lançamentos depende de chips

trições nas fábricas devido à pandemia e aumento da demanda decorrente do salto no *home office*.

Barbosa disse ainda que há planos para abrir uma loja física no Rio de Janeiro — hoje há duas em São Paulo. A empresa, assim como a Realme, também tem parceria com o Google, o que permite o acesso ao Android e a lojas de aplicativos.

— Temos um ecossistema de produtos. São 400 itens diferentes. Queremos chegar a 500 no fim deste ano. Tudo é importado. Mas temos estudos de produção local, que foram pausados pela incerteza trazida pela pandemia do coronavírus. O Brasil é o país que tem o maior engajamento com a marca no mundo — afirma Barbosa.

ALTA DE 34% NO 1º TRI

Segundo o especialista em tecnologia Roberto Kravi, sócio da Kravi Consultoria, o movimento das empresas

chinesas para a produção local ocorre por conta do forte crescimento do mercado de smartphones no Brasil.

No primeiro trimestre, o faturamento subiu 34%, diz a GfK. A estratégia das empresas é se associar a companhias brasileiras que já contam com rede de distribuição no varejo e unidades fabris no país.

— Apesar da crise, alguns setores estão dinâmicos, atraindo investimento. Tivemos, sim, movimentos de empresas saindo do país, mas há um componente de gestão. No segmento de smartphones, o investimento para estar mais perto do consumidor e reduzir os custos logísticos depois que você atinge um determinado patamar de demanda — explica Kravi.

Esse potencial atraiu o interesse da Rapoo, que se associou à Multilaser para lançar, de uma tacada, 20 pro-

duto. Danilo Angi, diretor de Produtos da empresa, destaca que a expectativa é que o segmento de acessórios registre alta de 30% nas vendas no país este ano.

Em 2020, ressalta Angi, o crescimento foi de 70%. A companhia pretende chegar ao fim do ano com 40 itens à venda, com produtos para o público *gamer*, por exemplo.

A marca é conhecida no exterior por vender produtos como mouses e teclados sem fio, além de fones de ouvidos e câmeras para desktops.

— A marca começou produzindo para outras empresas e, na década passada, mudou de estratégia, ganhou escala e abriu seu capital na Bolsa. Nossa estratégia no Brasil é nos posicionarmos em uma faixa de preço intermediário. A pandemia deixou esse mercado mais aquecido em vendas. Se antes era uma aposta, hoje é uma certeza — afirma Angi.

Minério de ferro sobe 8,6%, ao recorde de US\$ 230

Cotação é puxada por recuperação de grandes economias. No ano, alta é de 44%. Ações da Vale, porém, têm queda de 0,14%

STEPHANIE TONDO*
stephanie.tondo@oglobo.com.br

Os preços do minério de ferro atingiram ontem um patamar recorde: US\$ 230,56 a tonelada, alta de 8,6%. No ano, a valorização acumulada é de 44%. Essa alta se deve à forte demanda por aço, puxada pela China e, mais recentemente, por outras grandes economias, e preocupações sobre a oferta da commodity.

Já os contratos de minério de ferro para entrega em se-

tembro na Bolsa de Dalian, na China, saltaram 9,9%, para US\$ 206,30 a tonelada.

Apesar da cotação recorde do minério de ferro, as ações da Vale encerraram ontem em queda de 0,66%, a R\$ 114,69, na Bolsa brasileira, a B3. O movimento surpreendeu, porque os papéis haviam aberto em alta, chegando a subir mais de 3%.

As ações da mineradora foram as mais negociadas ontem, sinal de impacto do *day trade*, ou seja, da especulação com o papel ao longo do dia.

Muitos investidores venderam para realizar lucros, o que desvalorizou a ação.

INVESTIDOR SE ANTECIPOU

De acordo com Alexandre Espírito Santo, economista da Órama, os investidores haviam comprado ações da Vale antecipadamente quando o preço do minério começou a subir, na semana passada, devido às tensões comerciais entre China e Austrália — maior rival do Brasil na produção de minério de ferro.

—Se de manhã alguém dis-

sesse que a Vale ia fechar em queda, iam mandar internar. Mas o mercado é assim. É tudo, menos óbvio. Os investidores já tinham comprado as ações na expectativa de que o minério ultrapassasse US\$ 200, e realizaram (venderam para obter lucro) quando isso se confirmou — disse Espírito Santo.

Na Bolsa de Nova York, os papéis da Vale tiveram o mesmo movimento: subiram pela manhã, mas encerraram o dia em queda de 0,14%.

Ainda na B3, as ações da si-

derúrgica CSN, também fortemente negociadas, encerraram com leve alta de 0,22%, a R\$ 50,74.

As ações preferenciais (PN, sem direito a voto) da Petrobras subiram 1,31%, a R\$ 24,70, enquanto as ordinárias (ON, com voto) avançaram 1,25%, a R\$ 24,23. A estatal informou ontem que assinou contrato com a Keppel Shipyard para a construção da P-78, a ser instalada no campo de Búzios, na Baía de Santos.

O Ibovespa, principal índice da B3, recuou 0,11%,

aos 121.909 pontos.

Já o dólar comercial teve leve alta de 0,03%, a R\$ 5,2284. Para Espírito Santo, esse patamar — em vez dos quase R\$ 6 do início do ano — está mais relacionado ao mercado externo do que a um cenário interno favorável:

—É mais esse movimento global de extrema liquidez e o comportamento das commodities, que favorecem nossa balança comercial e a entrada de dólares. Não foi por termos feito o dever de casa.

Em relatório divulgado ontem, o banco holandês Rabobank afirmou que “as incertezas relativas à pandemia e o alto ruído fiscal ainda nos fazem projetar um dólar perto de R\$ 5,35 no fim do ano.” (*Com agências internacionais)

Fundo canadense compra empresa de energia no Brasil

Ontario Teachers adquire 100% da Evoltz, presente em dez estados

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS
ivan.martinezvargas@edg|obc.com.br
SÃO PAULO

O fundo de pensão dos professores de Ontário, no Canadá, Ontario Teachers, anunciou ontem ter fechado um acordo com a gestora americana TPG Capital para comprar a transmissora de energia brasileira Evoltz. Esta detém mais de 3.500 km de sete linhas de transmissão em dez estados. O valor da transação não foi divulgado.

A Evoltz foi criada em 2018 pela TPG a partir da

aquisição, pela gestora de *private equity* americana, da participação da espanhola Abengoa em sete linhas de transmissão no Brasil.

À época, a TPG pagou R\$ 487 milhões pelos ativos em meio ao processo de recuperação judicial da Abengoa. No ano passado, a Evoltz teve lucro líquido de R\$ 213,67 milhões, 255,6% a mais do que em 2019.

Caso o negócio seja aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), será a primeira incur-

são do Ontario Teachers no setor de energia brasileiro.

O fundo já atua nessa área no Chile e, este ano, comprou 40% da maior distribuidora da Finlândia.

Em nota, o fundo disse que a Evoltz “tem um portfólio altamente atraente de concessões de transmissão”. E explicou que sua estratégia de investimentos foca “em ativos de infraestrutura essenciais e de alta qualidade, com riscos mais baixos e fluxo de caixa estável e vinculado à inflação”.

O setor de transmissão de

energia, ressaltou o fundo, é atraente “devido à sua importância na transição para uma economia de baixo carbono”.

O presidente da Evoltz, João Nogueira, acredita que a aprovação pelos órgãos reguladores será rápida, e a transação deve ser concluída em até 90 dias.

—A Evoltz se reorganizou rapidamente, e a aquisição foi uma oportunidade única de comprar uma plataforma estabelecida, com possibilidade de crescer.

Para Roberto Lima, advogado especializado em energia, a operação faz sentido:

—O segmento de transmissão de energia hoje é maduro, e a Evoltz está consolidada.

A empresa atua em Amazonas, Pará, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.



Por Maria Clara R. M. do Prado

É jornalista e sócia-diretora da Cin - Comunicação Inteligen... [ver mais](#)

A pobreza escancarada

Com o auxílio aprovado, a pobreza atingirá este ano 61,1 milhões de brasileiros, seis vezes a população de Portugal

11/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Todos conhecem a predominância da renda mal distribuída na economia brasileira. É, talvez, a sua característica mais marcante e duradoura. Ganhou impulso a partir do final da década de 60 com a política de “fazer crescer o bolo (da renda)” para reparti-lo depois e acentuou-se com o aumento vertiginoso da inflação na década de 80 até meados de 1994, quando o Plano Real conseguiu finalmente estabilizar os índices de preços sem que fosse, porém, viabilizada a redistribuição.

A pandemia da covid-19, que colocou o mundo de cabeça para baixo, afetou a renda de todos os países, com sérias implicações distributivas, impacto negativo na educação e aumento generalizado de pobres. O Banco Mundial estima que o mundo seja vítima do aumento dos níveis de extrema pobreza pela primeira vez depois da continuada queda verificada ao longo de 25 anos, até o ano passado.

Com o auxílio aprovado, a pobreza atingirá este ano 61,1 milhões de brasileiros, seis vezes a população de Portugal

No entanto, a fatalidade do vírus afetou os países de forma diferente, do ponto de vista econômico e social. Não fosse o auxílio distribuído no ano passado a famílias de baixa renda, no total de quase R\$ 300 bilhões, os números da pobreza no Brasil teriam cravado o status de calamidade. O nível de pessoas pobres, considerando a renda per capita por domicílio de R\$ 469 por mês (valor de hoje) segundo critério do Banco Mundial, caiu em meados de 2020 quando comparado ao ano anterior. Isso ajudou a sobrevivência das famílias de renda mais baixa que perderam empregos e ocupações e impulsionou a economia, que se retraiu à metade daquilo que era previsto no início da pandemia.

Para surpresa geral, 2021 chegou a cavalo de uma segunda onda da pandemia muito mais forte do que a anterior. Apesar disso, o auxílio emergencial concebido para este ano foi minguado a ponto do total não passar de R\$ 45 bilhões. O resultado da redução para a sétima parte do montante destinado a aliviar a perda

da renda dos mais pobres está à vista, escancarada na fisionomia dos brasileiros que imploram por comida nas esquinas das grandes cidades. Nunca as classes média e alta do país estiveram frente a frente com a pobreza de forma tão ostensiva.

Na tentativa de amenizar a fome, o setor privado, através de inúmeras iniciativas, tem se mobilizado intensamente na distribuição de cestas de alimentos nos bairros de renda mais baixa. É o recurso derradeiro para evitar o acúmulo de famintos que se somam ao acúmulo dos doentes e de mortos pela covid, mas não é, obviamente, suficiente para aplacar a pobreza.

No texto “Gênero e Raça em Evidência durante a Pandemia no Brasil: o impacto do auxílio emergencial na pobreza e extrema pobreza”, as pesquisadoras Luiza Nassif-Pires, Luísa Cardoso e Anna Luiza Matos de Oliveira, do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP) estimam que, com os valores do auxílio emergencial aprovados para 2021, a pobreza no Brasil atinja este ano 61,1 milhões de brasileiros, entre os quais 19,3 milhões estarão fadados a viver na extrema pobreza (renda de R\$ 162 por mês).

É muita gente. Representa quase um terço da população brasileira, seis vezes a população de Portugal e pouco menos do total de pessoas que vive no território da França.

Mais importante é o fato de que a quantidade de brasileiros que tende a ser empurrado para a pobreza neste ano, beneficiados com um auxílio emergencial bem menor do que no ano passado, será significativamente maior em comparação com os 51,9 milhões que padeciam na pobreza em 2019, sendo que destes 13,9 milhões eram extremamente pobres. O estudo, de abril último, mostra ainda que, desagregado por gênero, as simulações apontam o seguinte panorama da pobreza em 2021: 38% de mulheres negras, 36% de homens negros e 19%, respectivamente, de mulheres e homens brancos. Fica claro que a ajuda do governo neste ano está longe de compensar o desemprego causado pela retração econômica.

Não se pode perder de vista o pano de fundo que retrata as situações da pobreza e da má distribuição de renda para além dos efeitos recessivos provocados pela pandemia. Em um país onde quem tem rendimento de R\$ 4 mil por mês (ou cerca

de US\$ 764,81 ao câmbio de ontem no segmento comercial) está estatisticamente na faixa dos 10% mais ricos, a realidade mostra que não só a renda é mal distribuída como é baixa, de modo geral. O Brasil está hoje na 85ª colocação em termos de renda per capita.

Mais grave ainda, como tem destacado o economista da FGV-Rio, Marcelo Neri, em suas pesquisas sobre a situação dos jovens brasileiros no mercado de trabalho, é a dramática desigualdade de renda na faixa etária dos 15 aos 29 anos que em cinco anos, até 2019, teria perdido, em média, 14% de renda. Os jovens pobres foram mais afetados, com perda média de 24% da renda, enquanto que os analfabetos perderam 51% da renda naquele período.

Visto por outro ângulo, o prognóstico para as futuras gerações de brasileiros não é nada alentador. Segundo o Índice de Capital Humano (HCI - Human Capital Index do Banco Mundial), o Brasil cravou a posição medíocre de 0,5515 na avaliação feita em 2020. Está muito abaixo de países da mesma região, como o México (0,6129) e o Chile (0,6516), e de outros emergentes como a China (0,6531), a Rússia (0,6814) e a Turquia (0,6493), para não falar dos europeus como a Irlanda (0,7926) e a Noruega (0,7711) e muito menos em Singapura (0,8791).

Aquele índice mede o montante de capital que uma criança nascida hoje pode esperar reter quando chegar aos 18 anos de idade, dados os riscos de deterioração da educação e da saúde no país em que vive. Tenta chamar a atenção sobre como as melhorias necessárias naquelas duas áreas podem definir a produtividade da próxima geração de trabalhadores, assumindo que as crianças nascidas hoje tendem a experimentar nos próximos dezoito anos as mesmas oportunidades educacionais e os riscos de saúde que as crianças daquela faixa de idade enfrentam atualmente.

Para mudar um quadro tão viciado, só mesmo uma transformação na maneira de encarar a má distribuição de renda no país que fuja das amarras dos antecedentes históricos e caia na visão objetiva de que quanto mais poder aquisitivo tiver a população, mais a economia tende a crescer e prosperar.

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, é sócia diretora da Cin - Comunicação Inteligente e autora do livro "A Real História do Real". Escreve mensalmente às terças-feiras. E-mail: mclaraprado@terra.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 56.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Se você sofre para emagrecer e perder a barriga, você deve ler isso!

DR. ZERO PESO

LINK PATROCINADO

Psiu! Você esqueceu seu sérum preenchedor de rugas no carrinho! Corre que dá tempo!

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Aproveite! Frete grátis para todo o Brasil o seu Diatena - sérum preenchedor de rugas

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Creme Contra Assaduras Desitin Máxima Duração 57g

R\$ 28,99

DEOCABIA SP

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO



COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Bolsas da Europa seguem Wall Street e operam em baixa com receio de inflação

Alta dos preços das commodities, problemas de fornecimento e escassez de chips aumentam custos de produção, o que deve afetar consumidor e lucros das empresas, diz analista

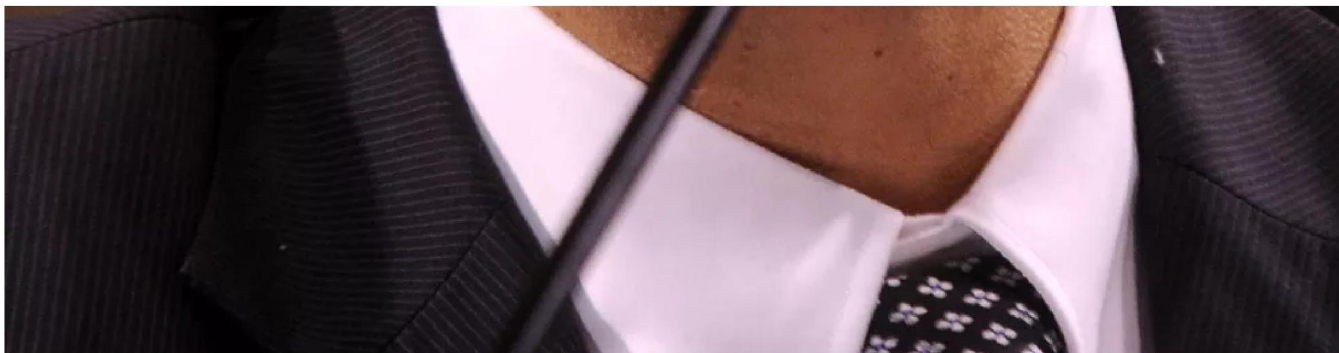
Afonso critica rumo do debate sobre renúncia fiscal

Para economista, não cabe discutir em cima de um conceito ideal de tributação defendido pela Receita Federal

Por **Fabio Graner** — De Brasília

11/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas





José Roberto Afonso: "Se acabar com o Simples, o governo não vai arrecadar os R\$ 80 bilhões que estima como renúncia" — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O economista José Roberto Afonso criticou ao **Valor** os rumos do debate sobre renúncias fiscais, em especial do Simples Nacional - o sistema simplificado de tributos para micro e pequenas empresas. Ele está dando consultoria para o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) sobre o modelo de tributação no Brasil e contesta, por exemplo, as contas de renúncias para Simples, divulgadas pela Receita Federal.

Segundo Afonso, o regime diferenciado de tributação das empresas de menor porte está na Constituição e não cabe falar em renúncia de arrecadação a partir de um conceito etéreo de tributação ideal considerado pelo fisco. Além disso, aponta o economista, a metodologia de cálculo da Receita não é clara, os dados completos para análise dos cálculos não estariam disponíveis (só alguns dados parciais), e o órgão não a explica.

De acordo com os demonstrativos de “gastos tributários” (nome oficial das renúncias) que a Receita anexou ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), a estimativa de renúncias para este ano é de R\$ 84,2 bilhões e, para 2022, encosta em R\$ 90 bilhões.

Ele considera que é uma “renúncia à razão” tratar o Simples e alguns outros regimes especiais como gasto tributário. A tese, avalia, parte de um pressuposto de que está se abrindo mão de algo, o que não se aplicaria no caso da tributação diferenciada das empresas de menor porte.

“Se você acabar com o Simples, o governo não vai arrecadar os R\$ 80 bilhões que ele estima como renúncia. Esse caso é emblemático. Se acabar com o Simples, o que vai acontecer é muitas empresas irem para a informalidade. Há vários estudos internacionais mostrando que o Brasil é um caso de sucesso na formalização das empresas [por causa do Simples]”, afirmou Afonso. Além disso, explica, seria necessário estimar como se comportariam as empresas que continuassem formais, entre outras.

Para Afonso, convencionou-se tratar a revisão de renúncias como uma “panaceia” para os problemas brasileiros na área fiscal, um raciocínio que em sua visão é simplista e não vai resolver a questão. Ele aponta que nem sequer há uma clara definição do que é renúncia, já que a Receita não divulga números por exemplo do

que abre mão com isenções de Imposto de Renda em instrumentos financeiros como CRA/CRI e fundos exclusivos.

Segundo ele, o correto seria o governo estar trabalhando para encontrar formas de ajudar as empresas menores a inovarem, a qualificar o trabalhador para enfrentar melhor uma realidade de demanda por empregos sem carteira assinada e no qual se é contratado como empresa (pejotizado, termo que ele não gosta). “Essa é a discussão que deveria estar sendo feita.”

Embora tenha muitos simpatizantes no governo e no Congresso, o Simples é sempre mencionado pela área fiscal da equipe econômica como um custo fiscal excessivo que precisaria ser revisto. Nenhuma iniciativa, porém, foi tomada nessa direção.

Na aprovação da PEC Emergencial, em março, o governo conseguiu inserir um dispositivo para reduzir os benefícios fiscais. Porém, o texto final preservou alguns programas da tesourada, entre eles o Simples, a Zona Franca de Manaus, que é um dos maiores volumes de renúncia pelos cálculos da Receita (R\$ 27,9 bilhões), e a desoneração da cesta básica.

No relatório da reforma tributária divulgado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-AL) na última terça-feira, o tratamento diferenciado pelo Simples Nacional foi mantido. Mas com ponderações críticas ao desenho atual.

“Apesar de termos severas restrições ao que se tornou o Simples Nacional, entendemos que a correção de suas vicissitudes compete à legislação infraconstitucional, a qual necessita de ampla e profunda revisão”, comentou Ribeiro em seu relatório. “É necessário questionar o quanto que esse papel é efetivamente fomentado pelo regime favorecido de tributação e obrigações acessórias, e não pelo desmedido limite de receita bruta tolerado para nele ingressar - de R\$ 4,8 milhões. Essa larga admissão, sem paralelo no mundo, faz com que a quase totalidade das pessoas jurídicas deste país estejam nele incluídas”, completa o documento, lembrando ainda do problema da “pejotização”.

Comércio e serviços buscam sobrevivência

Alívio nos impostos e crédito mais fácil são sugestões de lideranças do setor e especialistas

Por Marli Olmos — De São Paulo

11/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Glauco Humai: "Enfrentamos uma enorme burocracia e os juros normalmente seguem as taxas de mercado" — Foto: Divulgação

Com restrições ainda vigentes para a abertura de seus negócios devido à pandemia da covid-19, muitas empresas do comércio e de serviços enfrentam problemas para pagar dívidas e funcionários. Para evitar uma quebra em massa num cenário em que limitações de funcionamento deverão continuar a vigorar por mais tempo, especialistas e representantes desses segmentos apontam a necessidade de medidas mais efetivas que facilitem a tomada de crédito e ofereçam alívio temporário para o pagamento de impostos.

São setores que empregam muito e foram fortemente afetados pela crise - o comércio, por exemplo, tinha 15,9 milhões de trabalhadores nos três meses encerrados em fevereiro, segundo números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. No primeiro trimestre de 2020, antes do impacto da pandemia, o total mostrava 1,5 milhão de vagas a mais - 17,4 milhões.

Duramente atingidos pela crise, os segmentos de alojamento e alimentação (como hotéis e restaurantes), do setor de serviços, empregavam 5,4 milhões no Brasil nos primeiros três meses do ano passado, número que encolheu para 4,1 milhões no trimestre encerrado em fevereiro deste ano, de acordo com a Pnad Contínua.

As demandas das empresas para obter recursos para garantir capital de giro foram “parcialmente atendidas”, segundo Glauco Humai, presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce). “O problema é que os volumes são insuficientes. Enfrentamos uma enorme burocracia e os juros normalmente seguem as taxas de mercado”, destaca o dirigente. Segundo ele, desde o início da pandemia, o setor acumula perdas em torno de R\$ 90 bilhões.

Faltou ao Brasil, segundo o economista e tributarista Eduardo Fleury, do FCR Law, a oferta de mais linhas de financiamento garantidas pelo governo. Isso evitaria a rejeição nos bancos. Para ele, o fôlego que essas empresas necessitam vai muito além do período de crise sanitária. “É preciso garantir capital de giro para as que sobreviverão”, destaca. Em locais em que não há redução do número de casos e mortes pela covid-19, o fechamento ou a restrição do horário de funcionamento ou o fechamento do comércio e dos serviços continuam necessários.

A redução temporária de impostos também precisa ser analisada com mais ênfase pelo poder público, segundo Daniel Szelbracikowski, especialista em direito tributário da Advocacia Dias de Souza. “Se alguém tem que se endividar numa situação grave como a que vivemos é o Estado, assim como outros países fizeram.”

O governo tem acenado com medidas. É o caso do adiamento do pagamento dos tributos do Simples Nacional por três meses. Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou projeto que torna permanente o Programa de Crédito para Micro e Pequenas Empresas (Pronampe). Falta o Senado aprovar o texto.

“São boas medidas, mas em razão da persistência da calamidade tudo isso acaba sendo insuficiente. As empresas, que geram os empregos do país, precisam de um pacote de medidas que contemple questões tributárias, trabalhistas, e que não se limite a dois ou três meses, mas que se estenda num horizonte além de quando toda a população estiver vacinada”, diz Szelbracikowski.

A persistência da pandemia joga contra os planos que muitos fizeram para recuperar o fôlego e honrar compromissos. “No ano passado contraímos dívidas com impostos, contas de energia e salários, entre outros, achando que poderíamos pagá-las em 2021”, afirma Percival Maricato, presidente do conselho estadual da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em São Paulo (Abrasel-SP), que representa 250 mil estabelecimentos. “Se as coisas pioraram, é preciso ter uma renovação das linhas de crédito.”

Segundo números da Abrasel, até março de 2020, havia 1 milhão de negócios do setor no Brasil, empregando diretamente 6 milhões de pessoas. Desses, 300 mil fecharam as portas em definitivo e mais de 1,2 milhão de trabalhadores foram demitidos no último ano. Nos primeiros quatro meses de 2021, mais 100 mil empregos foram perdidos e mais 35 mil empresas fecharam as portas.

Maricato elogia o relançamento do programa que permite a suspensão do contrato de trabalho. Mas teme pelo acúmulo de outras obrigações, “Nada disso vai adiantar porque lá na frente teremos que pagar as contas”, diz o dirigente, que reclama, também, da metodologia utilizada pelos governos para definir os horários de funcionamento dos estabelecimentos.

Embora importante, a ajuda por meio de impostos precisa ser analisada com cautela, segundo Fleury. “No caso de estabelecimentos comerciais e serviços, a tributação costuma ser feita com base no faturamento”, afirma. O que, segundo ele, torna a ajuda insuficiente em alguns casos. E se o contrato do trabalhador está suspenso, diz o advogado tributarista, a despesa com FGTS também é automaticamente suspensa. “O Brasil não é como os EUA, que ofereceram grande volume de recursos às empresas, mas precisa ser mais generoso. Esses casos precisam de uma estrutura de financiamento melhor; é preciso dar um alívio nas dívidas que esses setores carregam.”

Enquanto o socorro financeiro não chega, os comerciantes se viram como podem. O Dia das Mães é emblemático. Humai, da associação dos shopping centers, afirma que neste ano 91% dos 601 shoppings do país ofereceram serviços de “delivery”, e 77%, o “drive thru”, por meio do qual o cliente pega as compras na porta do estabelecimento comercial.

Já Maricato, da associação dos bares e restaurantes, está mais preocupado com a questão dos horários reduzidos. Ele diz que não pode “tocar nenhum cliente para fora do restaurante no meio da refeição.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 66.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Se você sofre para emagrecer e perder a barriga, você deve ler isso!

DR. ZERO PESO

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Especialista: “Suavize rugas no pescoço com técnica caseira”

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Fluoxetina 20mg Genérico Germed 30 Comprimidos Revestidos

R\$ 26,99

DRUGABIA SP

LINK PATROCINADO

Erva poderosa alivia as dores nas juntas em minutos!

DR.ZERO DOR



COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Dólar opera em alta e juros futuros curtos recuam com ata do Copom

Investidores avaliam documento do BC

Credit eleva projeção para PIB após impacto menor da 2ª onda de covid

Banco aumenta de de 3,2% para 3,6% sua estimativa de crescimento da economia brasileira neste ano

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

11/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Depois de um primeiro trimestre positivo e com pouco efeito da retirada dos estímulos fiscais sobre a economia, indicadores já divulgados para o segundo trimestre mostram que a segunda onda da pandemia também não atingiu a atividade com tanta força. A avaliação é do Credit Suisse, que elevou a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2021, de 3,2% a 3,6%. Devido ao carregamento estatístico maior, a previsão para 2022 subiu ligeiramente, de 2,4% para 2,5%.

Em revisão de cenário, a economista-chefe do Credit, Solange Srouf, e o economista Lucas Vilela observam que o nível de atividade continuou a melhorar no início do ano. Antes do recrudescimento da covid-19, a recuperação do lado da oferta da economia mais do que compensou o impacto negativo do fim dos estímulos, afirmam Solange e Vilela, que não chegaram a trabalhar com um quadro de “abismo fiscal” nos primeiros três meses do ano.

Nas novas estimativas do Credit, o PIB cresceu 0,5% de janeiro a março sobre o último trimestre de 2020, feitos os ajustes sazonais, número um pouco acima da alta de 0,3% prevista anteriormente. Projetar o comportamento da atividade no segundo trimestre envolve um nível maior de incerteza, ressalta Vilela, mas os primeiros indicadores apontam uma dinâmica mais favorável.

Como exemplo, os economistas mencionam o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês), indicadores de confiança, a balança comercial e o licenciamento de veículos, que surpreenderam positivamente em abril. Em maio, a expectativa é que a economia ganhe tração, apontam Solange e Vilela, refletindo o relaxamento de medidas de distanciamento social após algum alívio no número de novos casos e na ocupação de hospitais.

Por isso, o banco passou a trabalhar com recuo de 0,5% do PIB de abril a junho. O número anterior era retração de 1%. “Os indicadores poderiam estar em nível mais positivo se não houvesse a segunda onda”, afirma Solange. “E os dados do mercado de trabalho e de crédito estão vindo melhores. Então a nossa revisão reflete também o que está por acontecer, se não tiver um novo agravamento da pandemia.”

Para o Credit, somente em dezembro a maior parte da população estará imunizada, com 90% dos brasileiros vacinados. Por isso, um novo aumento de infecções poderia prejudicar a recuperação da atividade, diz Solange, que também destaca o efeito adverso de uma piora da pandemia na já frágil situação fiscal do país.

“Quando temos paradas de atividade no Brasil, isso aumenta a pressão por mais gastos e acende a discussão sobre a sustentabilidade da relação dívida/PIB”, aponta a economista, que vê essa proporção em alta até 2026, quando deve atingir 96,2%. Já o déficit primário deve ficar em 4,4% do PIB neste ano e em 1,9% do PIB no próximo, mas o risco fiscal seguirá elevado, diz ela, diante da possibilidade de que os gastos acima da regra do teto superem os R\$ 125 bilhões esperados para este ano.

Segundo Solange, os fundamentos domésticos, dominados pela incerteza sobre as contas públicas, serão vetores negativos para o crescimento em 2022, que também será afetado pelas turbulências trazidas pelo calendário eleitoral. O ambiente global bastante benigno, no entanto, será um vetor oposto a essas duas forças, ajudando o PIB, disse.

A demanda externa forte será um importante “driver” do crescimento já neste ano, avalia o Credit, que passou a prever superávit de 0,1% do PIB nas transações correntes do Brasil com o exterior em 2021, vindo de déficit de 1,7% do PIB em 2020. De acordo com os economistas, o Brasil será beneficiado pelo aumento dos preços das principais commodities que exporta, mas também por uma taxa de câmbio mais depreciada e por uma maior demanda por bens manufaturados.

Do lado negativo, Solange e Vilela observam que as cotações mais elevadas de matérias-primas não têm sido compensadas pela apreciação recente do real ante o dólar, o que ainda trará pressões inflacionárias. No acumulado do ano, destacam eles, os preços de commodities em reais subiram 26%, enquanto o indicador de inflação no atacado que compõe o Índices Gerais de Preços (IGPs) aumentou 10,2% de janeiro a abril.

Antecipando choques de custos que ainda serão repassados ao consumidor, o Credit aumentou a projeção para a alta do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2021, de 5,1% para 5,4% - acima, portanto, do teto da meta para o ano, de 5,25%. A previsão para a inflação de 2022 também foi elevada, em 0,2 ponto percentual, para 4,2%.

“E mesmo para colocar a inflação do ano que vem em 4,2%, que já é acima da meta [3,75%], o Banco Central vai precisar levar o juro ao nível neutro. Nunca acreditamos na normalização parcial da política monetária”, diz Solange, que prevê a Selic chegando em 6,5% ao ano em outubro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 66.95 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Se você sofre para emagrecer e perder a barriga, você deve ler isso!

DR. ZERO PESO

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Você sofre com dores? 1 cápsula por dia já é o bastante!

DR.ZERO DOR

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Fluoxetina 20mg Genérico Germed 30 Comprimidos Revestidos

R\$ 26,99

INDICADA CP

LINK PATROCINADO

Rugas no pescoço: Especialista ensina a suavizar com segredo francês

DIATENA OFICIAL



COMENTÁRIOS

Economistas esperam mais impacto na inflação

Índices de preços deverão sofrer o impacto da alta do minério de ferro, que superou US\$ 200 por tonelada pela primeira vez

Por **Lucianne Carneiro** — Do Rio

11/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Os preços das commodities minerais e metálicas, que já vinham pressionando a inflação no atacado e no varejo, devem ter impacto ainda mais intenso com os contínuos recordes do minério de ferro, que ultrapassou a barreira de US\$ 200 por tonelada pela primeira vez. Economistas esperam nova onda de alta nos índices do atacado - os Índices Gerais de Preços (IGPs) - em maio, que aos poucos chegará ao consumidor.

A mudança no patamar das commodities - incluindo as agrícolas, mas também a nova marca no minério - já contribuiu para a revisão da inflação para 2021 pela XP

Investimentos, por exemplo. Nas últimas semanas, as projeções para os IGPs e para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) vêm aumentando no Boletim Focus. O IGP-M para 2021, que estava em 12,66% há quatro semanas, passou ontem para 14,81%, a terceira semana seguida de alta. Já a estimativa para o IPCA avança há cinco semanas e está em 5,15%.

“Temos uma nova leva de alta. O preço do minério disparou, mas outras, como cobre e alumínio e as commodities agrícolas não param de subir. Houve uma pequena trégua em março e no começo de abril, mas já retomaram a subida, teremos uma nova onda de valorização”, afirma o coordenador do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Getulio Vargas, André Braz.

No IGP-DI de abril, com alta de 2,22%, o preço do minério de ferro subiu 4,63%, ante 0,70% em março. O indicador - com período de coleta de preços entre 1º e 30 de abril - já apontou aceleração do preço do minério de ferro ante o IGP-M de abril, que teve deflação de 1,23% da commodity e coleta de preços de 21 de março a 20 de abril.

O impacto do minério de ferro no IGP se dá de forma mais direta e imediata, explica a economista da XP Investimentos, Tatiana Nogueira, enquanto no IPCA o repasse é mais indireto e diluído. “As commodities já vinham de altas significativas e agora vemos uma nova ‘pernada’. A gente revisou a projeção para a inflação em 2021 de

4,9% para 5,4% basicamente pelas commodities, tanto as agrícolas quanto as minerais metálicas”, diz.

A alta dos preços de bens industriais pelo IPCA - que sofrem essa pressão do minério de ferro nos custos - passou de 1,67% em 2019 para 3,16% em 2020 e estava em 5,51% no resultado acumulado em 12 meses até março. A XP projeta alta de 6,63% no resultado acumulado em 12 meses para esse grupo no IPCA de abril, que será divulgado hoje. Para 2021, a estimativa subiu de 4,60% para 5,10%. O grupo inclui itens como eletrodomésticos e automóveis, que levam aço em sua composição, produzido a partir do minério de ferro.

Professor da FGV EESP, Marcelo Kfoury Muinhos afirma que as revisões para os IGPs e o IPCA alcançam apenas o ano de 2021 e ainda não contaminam os números para 2022. O choque de preços de minério de ferro no atacado tende a levar até 90 dias para chegar ao consumidor, mas em menor dimensão.

Na sua avaliação, a nova onda de pressão nos IGPs em função da valorização das commodities deve ser em parte compensada pela valorização do real. “O dólar, que estava em R\$ 5,60 há dois meses, já chegou aos R\$ 5,40. Essa apreciação recente do câmbio deve compensar um pouco o impacto da alta das commodities”, diz o economista.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 56.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Se você sofre para emagrecer e perder a barriga, você deve ler isso!

DR. ZERO PESO

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Especialista: “Suavize rugas no pescoço com técnica caseira”

ES faz licitação para gestão de fundo de investimento

Recursos iniciais são de R\$ 250 milhões

Por Marta Watanabe — De São Paulo

11/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Renato Casagrande: novo fundo de R\$ 250 milhões é o maior dessa natureza no país formado com recursos públicos — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O governo do Espírito Santo deve abrir hoje o processo de licitação da gestora privada que vai administrar um fundo inicialmente de R\$ 250 milhões em investimentos “venture capital” em segmentos que vão desde os mais tradicionais, como confecção, têxtil e calçados, até varejo, economia criativa e nanotecnologia, entre outros. Com objetivo de estimular inovação e desenvolvimento, o fundo será composto por recursos do fundo soberano do Estado, criado e alimentado com receitas de royalties e participações de petróleo.

O edital para selecionar a gestora privada que vai gerir o Fundo Exclusivo de Investimento em Participações (FIP) deve ser divulgado hoje pelo governo capixaba. Dentro de 60 dias, diz o governador Renato Casagrande (PSB), a empresa que fará a gestão deverá estar definida e a partir daí já devem se iniciar os trabalhos de prospecção para investimentos. A seleção da gestora do FIP será feita por regulamento e critérios aprovados pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), que operacionaliza o fundo soberano. A gestora privada que será selecionada na chamada pública para administrar o FIP terá contrato de dez anos, prazo prorrogável por mais dois anos.

O FIP terá patrimônio inicial de R\$ 250 milhões e poderá alcançar R\$ 500 milhões em recursos nos próximos anos, segundo o governo capixaba. Esse fundo deve investir preferencialmente em empresas que tenham a sua atividade principal voltada para a inovação ou aperfeiçoamento do ambiente produtivo ou social em setores como tecnologias da informação e comunicação, nanotecnologia; varejo e comércio eletrônico, economia criativa, serviços financeiros, economia digital, educação, saúde e ciências da vida, energias renováveis, químico e materiais, meio ambiente,

agronegócio, metalmecânico, transporte, logística, rochas ornamentais, economia do turismo e lazer, além de madeira e móveis, confecção, têxtil e calçados.

“Quisemos ser conservadores neste momento em que pela primeira vez temos no país um fundo nesse volume com origem em recursos públicos. A ideia é captar todas as oportunidades possíveis que surgirem para o Estado”, diz Casagrande. Com o tempo, diz, como haverá mais recursos, será possível fazer novas chamadas específicas para incentivar determinados setores. Segundo o governador, o FIP atuará integralmente na modalidade “venture capital”, em que o investimento é feito em empresas de até médio porte, em negócios novos, com potencial de crescimento e retorno rápido.

Criado em 2019 e sob o comando de um conselho gestor, hoje o fundo soberano tem 40% de seus recursos destinados à poupança. O restante dos recursos vai para investimentos que possam resultar em receitas e empregos para o Estado. “Essa será a primeira chamada para a utilização dos 60%”, diz Casagrande. De 2023 a 2026, a parcela para empreendimentos do fundo soberano sobe para 70% e a partir de 2027 alcançará os 80%.

O fundo soberano recebe mensalmente 40% da receita do governo capixaba em royalties do petróleo. Além disso, 15% do valor das participações especiais - compensações financeiras pagas nos casos de campos petrolíferos com grande volume de produção ou de grande rentabilidade - é depositado a cada três meses.

A criação do FIP integra o Plano Espírito Santo - Convivência Consciente, que envolve um conjunto de ações do setor público - governos federal e estadual - e privado para reduzir os impactos da pandemia no Estado. O governo capixaba deve começar a concentrar em um site específico todas as informações do plano e os indicadores econômicos para monitoramento das medidas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 56.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Se você sofre para emagrecer e perder a barriga, você deve ler isso!

DR. ZERO PESO

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Você sofre com dores? 1 cápsula por dia já é o bastante!

DR.ZERO DOR

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Fluoxetina 20mg Genérico Germed 30 Comprimidos Revestidos

R\$ 26,99

PROGABIA SP

LINK PATROCINADO

Especialista: "Suavize rugas no pescoço com técnica caseira"

DIATENA OFICIAL

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Dólar opera em alta e juros futuros curtos recuam com ata do Copom

Investidores avaliam documento do BC

Governo descarta no momento ampliar postergação de pagamento de tributos

Visão atual é que medida mais geral não se faz necessária

Por **Fabio Graner** — De Brasília

11/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O governo já abriu a caixa de ferramentas de medidas tributárias, como o adiamento (diferimento) dos pagamentos de FGTS e do Simples Nacional. Mas a medida mais ampla de postergação de tributos, que faz parte do cardápio de ações anticrise do governo, ainda não foi acionada pelo governo e aguarda uma avaliação sobre sua real necessidade de acionamento neste ano, apurou o **Valor**. Por ora, prevalece a leitura de que a medida mais geral não se faz necessária, depois das ações já tomadas para as empresas de menor porte.

O secretário da Receita, José Tostes, nos últimos dias tem aconselhado dentro do governo que não se fale no assunto, para evitar que empresas se antecipem e deixem de cumprir suas obrigações. O desempenho da arrecadação federal neste início de ano foi melhor que o esperado pelo governo e o fisco não quer que notícias sobre a possibilidade de diferimentos atrapalhe esse processo. No acumulado do primeiro trimestre, as receitas cresceram 5,6% acima da inflação, ante igual período de 2020.

O diferimento amplo feito no ano passado para o combate à crise ajudou bem as empresas, porém fez um bom estrago nas contas federais: de um total de R\$ 85,2 bilhões adiados em 2020, R\$ 20,8 bilhões não retornaram aos cofres, embora metade tenha sido paga com compensações de créditos de impostos que as empresas detinham junto à Receita.

Renegociações de dívidas de empresas também fazem parte das alternativas para o combate à crise. O governo, porém, está preocupado com projetos como a reabertura do Refis proposta pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que está em andamento naquela casa. Há uma percepção no governo de que o risco de essa ideia ir adiante daqui a poucos meses é relevante, sobretudo se não houver avanços na reforma tributária.

O Ministério da Economia é normalmente contra esse tipo de Refis que perdoa indistintamente as dívidas, sem levar em conta capacidade de pagamento,

recorrência em inadimplência tributária e outras benesses que acabariam desestimulando os bons pagadores.

A aposta do time de Guedes é nas rodadas de transações tributárias, mecanismo relativamente novo de renegociação que leva em conta a capacidade de pagamento das empresas e tem flexibilidade para fazer distinções entre setores, por exemplo. Mas, dado o peso político de Pacheco, pelo menos sentar para conversar com o Congresso a Economia será forçada.

A proposta do chefe do Senado, que permite o desconto de multas e juros e parcelamento de todas dívidas tributárias contraídas até 31 de agosto, tem o respaldo de entidades empresariais como Federação do Comércio de São Paulo (Fecomercio-SP), Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que apontam as dificuldades de caixa gerada pela pandemia.

Além de já ter adotado algumas medidas na área tributárias (Simples e FGTS), o governo acabou de renovar o Benefício Emergencial (BEm), programa de redução de jornada e salários, e outras medidas que flexibilizam as regras trabalhistas para aliviar as empresas.

Além dessas medidas, o governo sempre tem possibilidade de alterar tributos de maneira setorial, embora a atual equipe econômica não seja simpática à ideia e prefira tomar medidas mais gerais.

Outra iniciativa anti-crise no cardápio, e que estaria próxima de sair, é o Pronampe, linha de crédito com garantia para empresas de menor porte. Nesse caso, porém, a equipe econômica ainda negocia com o Congresso, que quer tornar o programa permanente. Nessa hipótese, ficaria mais complicada a ideia inicial de se fazer por crédito extraordinário (fora do teto de gastos, portanto) e outras despesas teriam que ser cortadas.

Lira negocia fatiamento da tributária

Projetos de lei deverão tratar da CBS, IPI, “passaporte tributário” e mudanças imposto de renda

Por Raphael Di Cunto, Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

11/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem que deve fatiar a reforma tributária em “três ou quatro” projetos de lei, tratando da CBS, IPI, “passaporte tributário” e mudanças no imposto de renda, e promover uma reforma constitucional (nos moldes do que já vinha sendo debatido pelo Congresso), com a unificação do ICMS e ISS.

Segundo Lira, o assunto já foi conversado com os líderes da Câmara, com o qual ele afirmou que o fatiamento deve ser realizado porque dependeria de uma

nova conversa dele com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o que deve ocorrer hoje.

Ontem, Pacheco reuniu-se com o ministro da Economia, Paulo Guedes, defensor da reforma fatiada, para tratar do encaminhamento desses projetos.

A divisão em vários projetos, embora criticada por parte dos economistas por não dar o impulso necessário à economia, atende aos anseios do governo, que defende unificar apenas tributos federais com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que junta PIS e Cofins. A Câmara e o Senado discutiam uma reforma mais ampla, que abrangia além do PIS e Cofins o ICMS, ISS e o IPI - e que ficou marcada por ser encampada pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), adversário de Lira.

Em entrevista à “Rádio Bandeirantes” ontem, Lira repetiu diversas vezes que a reforma tributária não pode ser “apadrinhada por ninguém” e que o texto votado deve simplificar o sistema. Ele afirmou que na parte tratada por projetos de lei, serão de três a quatro, com relatores diferentes.

Nos bastidores, o deputado Hugo Leal (PSD-RJ) é indicado como o provável relator da CBS. Integrantes do PSD afirmam também que o deputado Ricardo Guidi (PSD-SC), que apresentou um projeto de Refis no ano passado, seria o mais cotado para

relatar o “passaporte tributário”, que daria a oportunidade de renegociação das dívidas com o discurso de que agora estaria se entrando num novo modelo.

Já as propostas de emenda constitucional (PEC) de unificação de PIS, Cofins, ISS, ICMS e IPI estariam dependendo de mais negociações sobre qual tramitação seguiriam. Na semana passada, ainda durante a leitura do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), Lira divulgou que estava extinguindo a comissão especial da Câmara porque o prazo de funcionamento teria acabado “em outubro de 2019”.

A comissão mista do Congresso sobre a reforma tributária, onde Ribeiro apresentou o parecer, deve finalizar seu trabalho amanhã, com a leitura de um novo relatório pelo deputado, após a apresentação de emendas pelos demais senadores e deputados do grupo. O destino desse projeto, porém, ainda é incerto.

Lira disse ontem que decidirá junto com Pacheco se a PEC tramitará no Senado primeiro ou voltará a Câmara para a criação de uma nova comissão especial - a antiga ele extinguiu antes de votar um parecer dizendo que o prazo regimental para isso tinha acabado. Mesmo se o texto continuar na Câmara, destacou, o Aguinaldo “pode ou não” ser o relator e a decisão seria tomada com outros partidos. Ribeiro apoiou a candidatura de um adversário de Lira à presidência da Casa e é aliado de Rodrigo Maia. No Senado, a PEC 110, uma das bases para o debate na comissão mista, tinha como relator o senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 56.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Se você sofre para emagrecer e perder a barriga, você deve ler isso!

DR. ZERO PESO

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

Marco legal das startups tem alta chance de aprovação

Chances de outros 12 projetos passarem são baixas

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

11/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal têm na pauta desta semana apenas uma proposta de relevância econômica com alta probabilidade de ser convertida em lei nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

O texto com maiores chances



co legal das startups, projeto
á era debatido por uma comissão

na Câmara, com o deputado Vinicius Poit (Novo-SP) de relator. O texto foi aprovado pelos deputados por consenso no ano passado, mas passou por modificações no Senado em fevereiro e agora a Câmara precisa decidir se acata ou rejeita as alterações feitas pelos senadores.

Entre as mudanças aprovadas no Senado estão excluir do projeto a regulamentação das “stock options” (opções de compra de ações, que vinham sendo alvo de resistência da Receita Federal) e retirar a previsão de incentivos fiscais para as startups.

Apesar de apenas um projeto constar com alta chance de virar lei, há 13 propostas pautadas para votação no plenário da Câmara e do Senado ou nas comissões de forma conclusiva. Os projetos têm chance média ou baixa de virarem leis nos próximos seis meses. A probabilidade de aprovação foi calculada pelo Cebrap/Ello com base num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

Procuradoria pede que TCU apure ‘Orçamento paralelo’ de 2020

Manobra teria liberado R\$ 3 bilhões para deputados e senadores indicarem obras de seu interesse em troca de apoio ao governo

Por Agência O Globo — De Brasília

11/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) que apure a reserva de R\$ 3 bilhões do Orçamento de 2020 para deputados e senadores indicarem recursos para obras e ações Brasil afora com base em um “orçamento paralelo”. Em troca, deveriam apoiar o governo no Congresso Nacional. O caso foi divulgado pelo jornal “O Estado de S. Paulo” no domingo. Também há cinco representações dos partidos Novo, Psol e PSB.

“A situação requer, a meu ver, a atuação do Tribunal de Contas da União no cumprimento de suas competências constitucionais de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal, a fim de que sejam apurados os atos do Poder Executivo que porventura venham - contrariando as regras isonômicas previstas para a aprovação e liberação de emendas parlamentares individuais - favorecendo determinados parlamentares, em retribuição a apoio aos projetos do governo”, argumentou o representante do Ministério Público (MP) junto ao TCU.

Parte dos recursos foi usada para a compra de tratores e outras máquinas agrícolas, como retroescavadeiras. Os equipamentos seriam entregues em cerimônias das prefeituras que acabariam se tornando eventos eleitorais. Só para esses equipamentos as despesas alcançariam R\$ 271,8 milhões. Nos ofícios que indicam os gastos, os parlamentares se referem às verbas como “minha cota” e “fui contemplado”.

“Esses recursos ‘extras’ ocorreriam, em princípio, à margem de todo o regramento constitucional, legal e regulamentar, em ofensa ao princípio da isonomia que orienta a distribuição de recursos orçamentários entre os parlamentares no regime das emendas individuais e sem a transparência que requer o uso de recursos públicos”, escreveu Furtado.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2020 não prevê que deputados e senadores definam prioridade de verbas de emendas para a execução do Orçamento. O presidente Jair Bolsonaro vetou essa possibilidade, que já havia recebido aval do Legislativo. Uma das razões é que o veto - não derrubado pelo Congresso - diz que a medida poderia “fomentar cunho personalístico” nas indicações.

A reportagem indica, ainda, que o esquema teria sido montado por Bolsonaro, e os gastos, executados pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, chefiado por Rogério Marinho. O ministro negou que a indicação de verbas fosse irregular e disse que deputados e senadores da oposição também foram contemplados.

Líder da oposição na Câmara, Alessandro Molon (PSB-RJ) anunciou na noite de ontem a entrega de três representações: uma ao TCU, outra ao MPF e a última à PGR. Para o deputado, o caso é considerado “gravíssimo”. “A denúncia aponta que R\$ 3 bilhões de dinheiro público teriam sido usados pelo governo, sem nenhuma transparência, com fortes indícios de corrupção, para montar uma base no Congresso. (...) Os recursos gastos para abastecer o suposto esquema poderiam comprar 58 milhões de doses da Pfizer e salvar milhares e milhares de brasileiros. Por isto, estamos pedindo uma pronta e rigorosa investigação. Ninguém pode ficar impune.”

Além dele, o Partido Novo também entrou com uma representação junto ao TCU. Para a legenda, a prática não é obrigatoriamente ilícita, mas há indícios de superfaturamento.

“Temos denunciado desde nossa chegada ao Congresso esse uso de emendas para comprar a base de parlamentares no Congresso. É um fluxo muito grande de recursos, e com pouquíssima transparência. Há sempre a possibilidade de desvios e toda suspeita tem que ser investigada”, afirmou ao “Globo” o deputado federal Tiago Mitraud (Novo-MG), que classificou tais acordos como “imorais”.

Dez deputados federais do Psol assinam representação contra Bolsonaro, Marinho e Marcelo Andrade Moreira Pinto, diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). No texto, pedem que o Ministério Público Federal (MPF) acompanhe o uso das verbas por parte da União.

O documento foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República e à Procuradoria da República no Distrito Federal. “Constitui-se, portanto, verdadeira fraude à Constituição e ao ordenamento jurídico pátrio utilizar do orçamento público para barganhar emendas para garantir votações de interesse do Governo no Parlamento ou para garantir que redutos eleitorais de aliados sejam privilegiados”, sustentam os parlamentares.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Sapatênis Masculino Casual SportFire

R\$ 56.99 - MARISA

Compre Agora

LINK PATROCINADO

Se você sofre para emagrecer e perder a barriga, você deve ler isso!

DR. ZERO PESO

LINK PATROCINADO

Psiu! Você esqueceu seu sérum preenchedor de rugas no carrinho! Corre que dá tempo!

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Fluoxetina 20mg Genérico Germed 30 Comprimidos Revestidos

R\$ 26,99

PROGABIA SP

LINK PATROCINADO

Aproveite! Frete grátis para todo o Brasil o seu Diatena - sérum preenchedor de rugas

DIATENA OFICIAL

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Dólar opera em alta e juros futuros curtos recuam com ata do Copom